

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

**DELISMAR PALMEIRA COSTA**

**O ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO):  
Territorialização do capital e apropriação econômica das manifestações culturais**

Araguaína  
2016

**DELISMAR PALMEIRA COSTA**

**O ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO):  
Territorialização do capital e apropriação econômica das manifestações culturais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Araguaína  
2016

**DELISMAR PALMEIRA COSTA**

**O ESPAÇO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO):  
Territorialização do capital e apropriação econômica das manifestações culturais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus de Araguaína, junto ao curso de Licenciatura Plena em Geografia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Aprovado em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes  
(Orientador)

---

Prof. Me. Eliseu Pereira de Brito  
(Examinador)

Aos meus pais seu Eulogio Palmeira da Costa e dona Maria da Penha Costa que sempre me apoiaram e foram a motivação para a realização desse trabalho

## AGRADECIMENTOS

Não existem agradecimentos de um cristão que não se inicie pelos cumprimentos ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó; por isso, agradeço primeiramente a Deus que é a minha fortaleza e alegria de viver, obrigado Senhor!

Agradeço aos meus pais seu Eulogio Palmeira da Costa e dona Maria da Penha Costa pelo amor e compreensão, pois muito embora sejam leigos ainda sim acreditaram em mim e no poder que a educação tem de mudar a vida das pessoas.

Aos meus irmãos, que são nove, aqui de forma mais enfática e especial ao meu diletíssimo irmão Felismar Costa pelo apoio moral e muitas vezes material.

Aos meus outros irmãos, Glilbson Barbosa, Fátima Félix, Patrícia Dias, Fátima Lima, Cleomária Soares e José Divino Mendes que sempre me apoiaram nesse momento de conclusão e durante todo o período da graduação. Não são apenas colegas, nunca serão; estes são meus irmãos.

Ao meu grande amigo Wanderson Sobral, companheiro de longas datas, pela atenção e amizade fraterna.

Agradeço também aos meus colegas e funcionários da UFT que se tornaram meus verdadeiros amigos, pois a Geografia, a universidade e a vida nos uniram, são eles: Gleison Mourão, Alisson Santos, Adahil Cardoso, Camila Nathalya, Marcos Marinho, Diego Rocha e o nosso querido secretário do curso Marcos Sousa. Não poderia esquecer-me também dos professores que marcaram a minha formação acadêmica tais como: Jean Rodrigues, Carlos Augusto Machado, Jacira Garcia, Aires José Pereira, Eliseu Brito e Elias da Silva, estes ficarão sempre em minha memória.

Ao meu querido professor e orientador Alberto Pereira Lopes por tão grande compreensão e humanidade no trato com seus alunos, pelo seu compromisso acadêmico e pela sua luta social que muito me inspirou na elaboração desse trabalho, serei eternamente grato.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins pelo ensino superior de qualidade, e pelas amplas oportunidades oferecidas que me propiciaram uma boa formação.

À Sociedade, pois sem ela eu nada seria. É graças às contribuições de todas as pessoas que a vida se torna uma estrada cheia de oportunidades, agradeço então ao pedreiro, ao varredor de ruas, ao serralheiro, ao professor, ao lavrador... já que é através de seus impostos que temos a oportunidade de construirmos o saber dentro da universidade. Muito obrigado Sociedade Brasileira.

*A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis.*

*David Harvey*

## RESUMO

O objetivo principal desse trabalho de conclusão de curso é o de analisar o processo de territorialização do capital do agronegócio em Araguaína, bem como sua influência em relação às atividades econômicas envolvidas, às desigualdades sociais, e às manifestações culturais inerentes a esse segmento da economia no município. Araguaína é um centro urbano que por sua dinâmica econômica fluente se destaca dentre as demais cidades vizinhas, tendo o agronegócio como uma atividade próspera e que faz do município uma grande referência regional. Muitos elementos estão envolvidos nesse processo de territorialização, desde relações entre o Estado e empresários capitalistas até as metamorfoses entre as estruturas política, cultural e de relações internacionais. A análise do objeto passa por uma pesquisa de caráter bibliográfico, documental e trabalho de campo, vista por lentes do Materialismo Histórico e da Dialética marxista, haja vista que as desigualdades resultantes desse processo nos conduzem ao uso desse método. Num primeiro momento foi feita uma ampla revisão bibliográfica tanto geral quanto das monografias locais acerca do tema; também foram feitas visitas a campo em busca da compreensão mais apurada da realidade em questão. Desse modo a pesquisa aqui apresentada buscou mostrar a realidade do agronegócio local em sua performance econômica e em correlação com a cultura; assim, verificamos um quadro contraditório, onde muitos têm a riqueza (meios de produção e capital) ao passo que a imensa maioria tem apenas a força de trabalho para vender e se reproduzir enquanto seres humanos. Assim, concluímos que o capital do agronegócio já se encontra territorializado no município de Araguaína e que a sua tendência é progredir cada vez mais, sobretudo na clara eminência de implantação do projeto MATOPIBA, a nova fronteira agrícola, que abrangerá o município de Araguaína conseqüentemente.

**Palavras-Chave:** Agronegócio; Araguaína, Territorialização

## RESUMEN

El objetivo principal de ese trabajo de conclusión de curso es analizar el proceso de territorialización del capital del agronegocio en Araguaína, así como su influencia en relación a las actividades económicas envueltas con las desigualdades sociales y a las manifestaciones culturales inherentes a ese segmento de la economía en el distrito municipal. Araguaína es un centro urbano que por su dinámica económica fluente se destaca entre las otras ciudades vecinas, teniendo el agronegocio como una actividad próspera y que hace del municipio una gran referencia regional. Muchos elementos están envueltos en ese proceso de territorialización, desde las relaciones entre el Estado e los empresarios capitalistas hasta las metamorfosis entre las estructuras políticas, culturales y de relaciones internacionales. El análisis del objeto pasa por una investigación de carácter bibliográfico, documental y trabajo de campo, vista para las lentes del Materialismo Histórico y de la Dialectica Marxista, visto que las desigualdades resultantes de ese proceso nos llevan al uso de ese método. Era hecho una revisión bibliográfica ancha fue hecha tanto general cuanto de las monografías locales acerca del tema; también se visitó el campo en busca de la comprensión más selecta de la realidad en cuestión. De esa manera la investigación presentada aquí buscó mostrar la realidad del agronegocio local en su actuación económica y en correlación con la cultura; luego, verificamos un cuadro contradictorio dónde muchos tienen la riqueza (medios de producción y capital) mientras la inmensa mayoría apenas tiene la mano de obra para vender y reproducirse mientras seres humanos. Así, concluimos que el capital del agronegocio ya se encuentra territorializado en el distrito municipal de Araguaína y que su tendencia es progresar cada vez más, especialmente en la clara prominencia de implantación del proyecto MATOPIBA, la nueva frontera agrícola, que incluirá el distrito municipal de Araguaína por consiguiente.

**Palabras Clave:** Agronegocio; Araguaína, Territorialización



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Cavalgada de Araguaína (TO).....	53
Imagem 2: Principais atrações musicais da EXPOARA 2016 .....	56
Imagem 3: Local de compra do programa Compra Direta.....	60
Imagem 4: Feirantes e clientes na feira do Mercado Municipal .....	60
Mapa 1: Localização do Município de Araguaína (TO) .....	31
Mapa 2: Principais países importadores da carne de Araguaína (TO) .....	47
Mapa 3: MATOPIBA – Delimitação Territorial .....	49
Quadro 1: Brasil: bovinos, suínos e aves abatidos nos três primeiros semestres de 2015 .....	27
Quadro 2: Brasil: variações da produção e área a ser colhida do café, soja e cana-de-açúcar em relação ao ano de 2015 .....	28
Quadro 3: Evolução da população de Araguaína ao longo de sua emancipação .....	32
Quadro 4: Quantitativo dos maiores rebanhos de Araguaína (TO).....	34
Quadro 5: Produção e área plantada das principais lavouras temporárias de Araguaína (TO).....	35
Quadro 6: Dados das principais lavouras permanentes de Araguaína (TO).....	36
Quadro 7: Números das exportações de carne bovina congelada nos últimos anos em Araguaína (TO).....	43
Quadro 8: Número de Vacas Ordenhadas e a Produção de Leite em Araguaína (TO) .....	44
Quadro 9: Principais países importadores da carne processada no município de Araguaína (TO) em 2015 .....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 DO MEIO NATURAL À AGROPECUÁRIA MECANIZADA E COMERCIAL</b> .....	13
2.1 DA PRIMEIRA À SEGUNDA NATUREZA.....	13
2.2 DO MODO FEUDAL AO MODO CAPITALISTA DE APROPRIAÇÃO DA TERRA	16
2.3 O PROGRESSO TÉCNICO NO CAMPO .....	18
2.4 A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E PAÍSES AGRÍCOLAS .....	21
2.5 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO .....	24
<b>3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO E A AGROINDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO)</b> .....	29
3.1 O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA EM ARAGUAÍNA (TO) .....	29
3.2 O PAPEL DAS INSTÂNCIAS, POLÍTICA, INSTITUCIONAL E ECONÔMICA NA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO EM ARAGUAÍNA (TO).	37
3.3 A AGROINDÚSTRIA DE ARAGUAÍNA (TO) .....	42
3.4 O AGRONEGÓCIO DE ARAGUAÍNA (TO) NO QUADRO NACIONAL E INTERNACIONAL .....	45
3.5 O PROJETO MATOPIBA .....	48
<b>4 A CULTURA MERCATILIZADA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO AGRONEGÓCIO EM ARAGUAÍNA (TO)</b> .....	52
4.1 AS ATIVIDADES CULTURAIS DO AGRONEGÓCIO E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA.....	52
4.2 O CONSUMO DESPÓTICO E O PAPEL DA MÍDIA .....	54
4.3 AS DESIGUALDADES CAUSADAS PELO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO .....	57
4.4 OS ESPAÇOS DE ESPERANÇA.....	59
4.5 O AGRONEGÓCIO NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	61
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é um segmento da estrutura econômica que está ligada intrinsecamente ao uso da terra e à transformação das matérias-primas retiradas do seu labor. Assim, podemos afirmar que esse ramo se baseia como qualquer outra atividade economicista, na produção de mais-valia, ou seja, está associada nos dias atuais à utilização de mão de obra assalariada e tecnização do processo produtivo. A partir dessas relações capitalistas no campo surge não somente uma gama de oferta de produtos agrícolas, mas também um quadro de desigualdades advindas do monopólio da terra nas mãos de poucos.

Em decorrência desse processo de acumulação capitalista no campo ergue-se, por conseguinte, uma elite ruralista que não se posiciona apenas no quadro econômico, atuando também no contexto político e cultural como atores hegemônicos, que utilizam de todos os mecanismos possíveis e ao alcance para se reproduzirem enquanto classe social dominante. O município de Araguaína não se ver livre dessa racionalidade, tendo um processo de territorialização do capital do agronegócio ligado não só a interesses econômicos, mas também políticos; é por esse e por outros motivos é que se torna cada vez mais complexo estudar o modo de produção capitalista na atualidade.

A natureza dessa pesquisa consiste na indagação de algumas interrogativas feitas acerca desse processo de territorialização do agronegócio e de seu capital em Araguaína. Os questionamentos foram os seguintes: Como e de qual forma se deu o processo de territorialização do agronegócio no município ao longo do tempo? Como o Estado, a estrutura econômica e a política influenciaram e influenciam nesse processo? Como ocorre a metamorfose entre a cultura e a estrutura econômica no que diz respeito às manifestações inerentes ao agronegócio em Araguaína? Qual a significância da agroindústria local nos aspectos econômico e social da comunidade? Assim, através dessas dúvidas se problematizou as discussões desenvolvidas ao longo desta pesquisa.

O objetivo principal deste trabalho foi o de analisar o processo de territorialização do capital do agronegócio em Araguaína, bem como sua influência em relação às atividades econômicas envolvidas no processo, às desigualdades sociais, e às manifestações culturais inerentes a esse segmento da economia no município. Sabemos que Araguaína se configura como um pólo regional, uma vez que a sua dinâmica econômica se diferencia das demais cidades do seu entorno, possuindo uma estrutura demográfica favorável (exército de reserva de mão de obra) e um setor de comércio relevante, e uma agropecuária ligada à indústria que também se destaca, e que será nosso objeto de pesquisa.

Contextualizamos o histórico e o cenário atual do município em relação às práticas do agronegócio e o seu processo de inserção no quadro da economia nacional e internacional no que se refere às atividades agroindustriais. Também buscamos verificar as relações estruturais existentes no município e fora dele que venham proporcionar a territorialização do capital agroindustrial. O município de Araguaína possui, indubitavelmente, aquilo que chamamos de elite rural, uma vez que as extensas fazendas são a grande maioria dos estabelecimentos rurais da localidade, e a existência desse quadro só é possível graças às articulações políticas e econômicas de uma determinada classe, que visa sempre sua reprodução que é de caráter dominante.

De outro lado, estabelecemos relações entre as manifestações culturais inerentes ao agronegócio e a estrutura econômica, verificando as formas de apropriação destes aspectos culturais para viabilizar a reprodução do capital. Este ponto nos remeterá a uma análise do poder simbólico, imposto pela elite rural, que contribui assiduamente para o processo de alienação das pessoas, deixando-as vulneráveis ao processo de acumulação do capital. Já em relação ao ensino, objetivamos e discutimos a importância e meios de se abordar e de debater as questões referentes ao espaço agrário e suas interfaces com o modo de produção capitalista na educação básica.

Assim, o que mais nos motivou a executar essa análise foi justamente a busca pela compreensão do processo de territorialização do capital em virtude das atividades remetentes ao agronegócio no município de Araguaína. Desse modo, podemos afirmar que esse processo contribui para que a configuração territorial local passe a ter uma nova roupagem, que atualmente se dedica a atender ao processo de acumulação capitalista. Aquilo que chamamos de especialização acontece tanto na cidade quanto no entorno rural, já que as formas têm as suas gêneses e funcionalidades ligadas ao processo produtivo do agronegócio em Araguaína.

A pesquisa foi de caráter bibliográfico, documental e de campo, por intermédio do Materialismo Histórico e da Dialética marxista, haja vista que as desigualdades resultantes desse processo nos conduzem a esse método. Num primeiro momento foi feita uma revisão bibliográfica em livros e periódicos acerca do tema. No segundo momento coletamos e organizamos dados disponíveis em sites de órgãos institucionais, autarquias e também sites de notícias, visamos nesse momento ter uma noção dos quantificadores inerentes ao agronegócio local. As visitas a campo se deram de forma específica no sítio urbano, mas também ocorreram no meio rural do município visando desmitificação das formas espaciais bem como suas respectivas funções e importância para a manutenção da conjuntura econômica do agronegócio.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo tratamos do processo da mudança de paradigma da primeira à segunda natureza, trazendo como centro as atividades da agropecuária. Nesse momento falamos da transição do feudalismo ao capitalismo, também analisamos os progressos técnicos no campo e a divisão internacional do trabalho. Foi também analisado o quadro atual de como se encontra o agronegócio brasileiro.

No segundo capítulo tratamos do processo de territorialização do capital e das atividades do agronegócio propriamente ditos em Araguaína. Traçamos todo o processo histórico e geográfico que culminou no atual quadro local, abalizaremos também o papel da economia, da política e do Estado, além de contemplarmos a agroindústria do município e sua relação com restante do Brasil e com o mundo. E por último, mais não menos importante, falamos do projeto MATOPIBA e suas perspectivas.

No terceiro e último capítulo discutimos sobre atividades culturais inerentes ao agronegócio local, sendo que as de maior relevo são a cavalgada e a EXPOARA, relacionando-as com o viés econômico. Além disso, contemplamos como a mídia e consumo despótico podem alienar as pessoas durante as festas da agropecuária em Araguaína. Em outro ponto debatemos as desigualdades causadas pela prática dessas atividades “agroeconômicas”, outro aspecto importante é o tratamento que damos aos espaços de resistência cuja racionalidade capitalista ainda não atacou freneticamente as relações, e por último fizemos a relação de nossa abordagem com o ensino de Geografia da educação básica.

## 2 DO MEIO NATURAL À AGROPECUÁRIA MECANIZADA E COMERCIAL

Quando falamos em meio natural deve-se levar em conta o fato de não podermos mais contemplar a sua existência em dias atuais, pois a ação humana já se concretizara em quase todas as partes do globo, seja através de intervenções físicas ou mesmo por meio de intenções política-especulativas<sup>1</sup>. Assim o homem pôde através de sua evolução habitar os diferentes pontos da superfície terrestre e, desse modo, desenvolver suas atividades; primordialmente de subsistência, e atualmente em sua grande maioria de natureza capitalista, como é caso da agropecuária mercantil que contemplamos hoje.

### 2.1 DA PRIMEIRA À SEGUNDA NATUREZA

O desenvolvimento das civilizações não teria sido possível sem uma relação mais profunda do homem com o meio que o circunda; o nomadismo como veremos mais adiante não propiciava aos grupos a capacidade de produzir o espaço, e de se constituir enquanto sociedade civilizada com marcas na história. Para que esse paradigma fosse quebrado, o ser humano tivera de fixar-se em áreas permanentes e se tornar um ser sedentário, metamorfoseando-se com a natureza, e criando aquilo que Marx denominou segunda natureza.

A ligação da humanidade com a natureza sempre se deu por meio de suas necessidades e aspirações que foram surgindo e se especificando ao longo do tempo de acordo com as condições técnicas de cada momento histórico. O homem é um ser dotado de inteligência e que por isso, se distingue de todos os outros animais; o trabalho é o elemento diferenciador, pois o ser humano é o único ser capaz de refletir sobre a realização de suas ações, segundo Santos (2014c). Assim, consideramos que as atividades humanas são antes de tudo conscientes e visionárias, já que servem de base para aperfeiçoamentos e conclusões.

O modo de agir dos seres humanos se coloca como o grande alicerce da simbiose existente entre o homem e a natureza, pois “A ação é o próprio homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro” (SANTOS, 2014a, p. 82). A natureza possui uma inércia da qual as ações antrópicas possibilita a ruptura. A intencionalidade dessas ações tecnifica o meio produzindo,

---

<sup>1</sup> Santos (2014b, p. 71), diz que “Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas”. A partir disto podemos afirmar a não existência atualmente da natureza natural.

por conseguinte, o espaço geográfico, já que “[...] a configuração espacial<sup>2</sup>” é por assim dizer “um dado técnico” (SANTOS, 2014a, p. 75). Então, através de novas arrumações impostas ao meio ambiente o homem vai se firmando nos lugares.

A natureza natural, podemos afirmar, não é para o homem um dado perfeito, precisa de adaptações para que seja eficiente no suprimento de suas necessidades. Essas intervenções, todavia, não se dão de formas isoladas, mas sim de maneira coletiva, uma vez que a individualidade não traria nenhum quadro evolutivo à sociedade, pois seriam ações fechadas. Assim, “o fato de o homem viver da natureza tem um sentido biológico, mas, principalmente, social” (BERNARDES; FERREIRA, 2005, p. 19). Consequentemente, o trabalho se torna um fator social, que modifica não somente a natureza, mas também o homem, como nos fala Marx (1983, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Nesse contexto temos uma ação racional que modifica não somente o homem e nem somente a natureza, mas ambos. Como já citamos, as necessidades humanas têm um peso significativo nesse processo de troca de energias; alimentar-se, vestir-se e morar configuram-se como atividades que necessariamente determinam uma intervenção do homem no meio. Segundo Santos (2008d), tais intervenções vão ao longo do tempo dando aos lugares novas configurações, onde os instrumentos com o passar do tempo vão deixando de ser extensões do homem para serem extensões da própria natureza.

O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão se incorporando à natureza, e esta fica cada vez mais socializada, pois é cada dia mais o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza socializa-se e o homem se naturaliza (SANTOS, 2014c, p. 97-98).

Nesse processo de antropização da natureza os objetos técnicos (antes rudimentares, agora sofisticados) vão sendo concebidos como famílias e mudando as características do meio natural, criando aquilo que Gilbert Simondon em sua “*Du mode d’existence des objetstechniques*” denominou “meio ambiente técnico”, ou seja, a partir de agora os “objetos

---

<sup>2</sup> A configuração espacial ou configuração territorial “[...] é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2014a, p. 103).

técnicos concretos<sup>3</sup>” passam por um processo de naturalização em relação aos lugares onde foram inicialmente concebidos. Desenvolvendo desse modo as suas vocações genésicas atribuídas pela sociedade, assim formando o “meio tecnogeográfico<sup>4</sup>”, de que nos fala Simondon apud Santos (2014a, p. 40-41).

Nessa perspectiva, o espaço agrário assume uma fundamental importância, pois subsidia o espaço urbano através de suplementos produzidos, e é ao mesmo tempo determinado pela dinâmica urbana, que gera as demandas a serem supridas por ele, havendo assim uma dialética permanente, uma vez que, “os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz cidades de um lado e campo do outro, mas ao contrário, esta produção compreende uma totalidade, com uma articulação intensa entre os dois espaços” (SPOSITO, 2008, p. 64).

A agricultura e domesticação de animais se destacam nos primórdios das civilizações, pois foi a partir delas que o homem passou a verdadeiramente produzir o espaço, fixando-se em áreas e empregando-lhes mutações que visam garantir a reprodução do ser humano enquanto indivíduo e ser social. Desse momento em diante a sociedade passa a domesticar não somente plantas e animais; como nos afirma Sposito (2008), esse processo se inicia pela “domesticação do próprio homem”.

Com a agricultura, o homem dá outra arrumação espacial à natureza (através da domesticação das plantas e dos animais) e assim cria os territórios (através da guarda organizada, das provisões em silos e celeiros, da apropriação intencional dos solos e da água, do ordenamento dos caminhos e das localizações) (MOREIRA, 2008, p. 42).

A princípio não existia uma complexa divisão do trabalho a não ser por sexo e às vezes pela idade. A produção ainda não tinha caráter comercial, baseava-se de início apenas na subsistência do grupo. Evidenciava-se aquilo que foi denominado comunismo primitivo, (ENGELS, 1984). A lavra da terra tinha como objetivos a subsistência do grupo e a garantia dos meios que viabilizassem a procriação, perpetuando desse modo a espécie.

Assim, verificamos o quão foi importante o desenvolvimento do sedentarismo e, conseqüentemente da agropecuária para a história da humanidade, pois proporcionaram o

---

<sup>3</sup> “Segundo Simondon, quanto mais próximo da natureza é o objeto, mais ele é imperfeito e, quanto mais tecnicizado, mais perfeito, permitindo desse modo um comando mais eficaz do homem sobre ele. Assim, o ‘objeto técnico concreto’ acaba por ser mais perfeito que a própria natureza” (SANTOS, 2014a, p. 40).

<sup>4</sup> “Essa discussão deve ser aproximada da ideia de Simondon de *naturalização do objeto concreto*, isto é, sua completa imiscção no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico.” (SANTOS, 2014a, p. 41).



surgimento daquilo que denominamos civilizações, e a ruptura com a primeira natureza, a quem o homem era submisso.

Produzir passou a ser para o homem a base de sua evolução, pois é através desse processo que temos a concepção do espaço, “O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço” (SANTOS, 2008d, p. 203). De uma forma mais enfática e em uma outra obra o autor reafirma que, “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 2014c, p. 96-97).

## 2.2 DO MODO FEUDAL AO MODO CAPITALISTA DE APROPRIAÇÃO DA TERRA

A Europa viveu no período medieval um estado de tensão causado pelas constantes invasões que acarretou numa fuga das pessoas da cidade em direção ao campo. Essa fase da história iniciou-se com a queda do império romano do ocidente propiciada pela invasão dos povos bárbaros no século IV, o que fez com que boa parcela da população emigrasse da cidade para o campo, onde ficavam sobre os domínios dos senhores feudais. Esse processo se intensificou ainda mais com as constantes invasões dos árabes no século VIII que, por conseguinte, propiciou a ascensão do modo de produção feudal.

No regime feudal tínhamos uma agricultura tributária, familiar e de subsistência baseada na servidão, nessa organização os servos contribuía para a manutenção do modo de produção lavrando em terras dos senhores feudais, que garantiam a segurança militar dos servos. Os feudos eram organizados em *domínio*, que era uma ampla extensão de terra onde os servos trabalhavam de graça para os senhores feudais, a *corveia*; havia também as *parcelas*, parte do feudo que era repartida entre os camponeses para a lavoura familiar de onde tiravam o necessário para sua subsistência e também a parte da produção agrícola que era exigida pelo senhor feudal<sup>5</sup>, segundo Oliveira (2007). Além disso, existiam outras obrigações impostas aos vassallos, como a *banalidade*<sup>6</sup>.

Tempos depois houve a perda de força das investidas árabes e do império otomano, que culminou no futuro desbloqueio do mar do mediterrâneo e a reabertura das rotas comerciais da Europa com os países asiáticos facilitando desse modo a expansão comercial. Entretanto, um pouco antes desses fatos, no século XVI, foi intensificada em outro pólo a

<sup>5</sup> O nome desse encargo se chamava *talha*, segundo Cotrim (2005).

<sup>6</sup> A *banalidade* era o “[...] pagamento de taxas ao senhor pela utilização de equipamentos e instalações do senhorio (celeiros, fornos, moinhos etc.)” (COTRIM, 2005, p. 127).

expansão europeia em busca de novos mercados além da rota do mediterrâneo, o que determinou o desbravamento da América e a implantação do mercantilismo colonial que, por sua própria natureza não aceitava a organização feudal como guia no processo de produção.

Com o declínio parcial e contínuo do modo de produção feudal, passa-se a existir então um novo modo de conceber e explorar os recursos da natureza. Nesse momento inicia-se o processo de valoração da terra, justamente pela sua capacidade de produção mercantil, ela passa a ter valor e a ser vista como uma mercadoria de onde pode-se retirar renda, (KAUTSKY, 1980; SPOSITO, 2008). Assim, “À medida que os produtos do solo se tornavam mercadorias e recebiam um valor comercial, a terra se tornava também mercadoria possuidora de valor” (KAUTSKY, 1980, p. 39).

Para que a terra pudesse ter sido concebida dessa forma, como fonte de renda capitalista baseada no trabalho assalariado, foi-se necessário todo um processo de expropriação dos meios de produção das mãos dos antigos camponeses, ou seja, a terra. Tornando-os assim, uma grande gama de desocupados cuja única mercadoria que tinham para oferecer no mercado era a própria força de trabalho; a esse processo Marx denominou acumulação primitiva, pois ele é “[...] nada mais que um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984, p. 262).

A partir de então as relações no campo se deram nos moldes do sistema capitalista de produção, alicerçadas na mão de obra assalariada e na produção de mais-valia, que são os lucros pelo trabalho não pago. O pré-requisito para que isso aconteça é a existência de trabalhadores livres e

[...] livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles (MARX, 1984, p. 262).

Assim, temos uma nova arrumação nas relações entre os homens que vai determinar a implantação do novo modo de produção, o capitalismo.

As discrepâncias entre modo de produção feudal e o capitalista, foram marcantes de início, pois o quadro existencial de muitos camponeses foi esfacelado em virtude da ascensão da burguesia. Partindo desse pressuposto concordamos com Gebran (1978, p. 23), quando a autora enfatiza que “O processo de passagem de um *modo de produção* a outro é caracterizado pela contradição entre as antigas relações de produção e o desenvolvimento das novas forças produtivas”. Tais contradições se deram no seio da acumulação primitiva,

sobretudo pelas novas formas de conceber e de se apropriar da terra que eram antagônicas às do feudalismo, já que agora o solo é visto como uma mercadoria.

Os produtos oriundos do campo passam a ter valor não somente de uso, mas também valor de troca, pois “para produzir mercadoria”, o capitalista, “não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para os outros, valor de uso social” (MARX, 1983, p. 49). O valor social desses produtos é criado a partir do momento em que os camponeses são expropriados de suas terras sendo obrigados a comprar aquilo que sempre retiraram da terra durante o período feudal, o que configura a gênese do mercado interno<sup>7</sup>. Isto contribui para a manutenção do modo de produção então emergente, ou seja, a comutação do valor de uso e do valor de troca empregado nas coisas, segundo Marx (1983).

Ficou claro que o modo de produção capitalista empregou ao campo depois da derrocada do feudalismo uma nova dinâmica, já que sua organização em muito se difere da que a precedeu, a valoração mercantil da terra, o valor de troca para os seus produtos são alguns exemplos do novo modo de se produzir que estava em ascensão. Todas essas características se diferenciam das existentes no período feudal, uma vez que a subsistência fazia dos servos os detentores de seus próprios meios de produção, configurando aquilo que Marx (1984), chamou de indústria doméstica, vencida pela nova fase e que vivenciamos até hoje.

Essa rentabilidade posta em prática concorreu para um maior aperfeiçoamento das técnicas de intervenção na agricultura de um modo geral. Atualmente a agricultura mecanizada faz parte do circuito superior da economia, que também pode ser chamado de circuito moderno, segundo Santos (2008c). Sobre esse processo de aperfeiçoamento trataremos agora no próximo item.

### 2.3 O PROGRESSO TÉCNICO NO CAMPO

Na história da agricultura como atividade produtiva e geradora de renda pós-feudalismo, temos um quadro de adequações tanto no âmbito econômico quanto no âmbito técnico. As atividades do campo passaram a ser vistas como fontes rentáveis e a serem alvos de forças visionárias que buscavam a geração de lucros. O progresso técnico se dá de forma

---

<sup>7</sup> “A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital, mas criam também o mercado interno” (MARX, 1984, p. 283).

contínua culminando na revolução verde do século XX, enquanto o lado econômico se baseou desde sempre em arrendamentos, financiamentos e produção de mais-valia.

Nos séculos finais da idade média, quando o feudalismo também já começava a se fragmentar, aconteceram, pois, significativas mudanças no quadro técnico rural, já que o então modo de produção capitalista em ascensão buscava de todas as formas a produção de mais-valia, e a técnica podia facilmente contribuir para o alargamento desse processo. Alguns instrumentos como a *charrua*, utilizada para revolver a terra, a *ferradura*, utilizada para proteger os cascos dos animais e o *moinho d'água*, usado para triturar cereais, foram notáveis implementos no quadro técnico que possibilitavam uma maior agilidade no processo produtivo, segundo Cotrim (2005). Atualmente nos deparamos com colheitadeiras, semeadeiras e tratores mecânicos.

Assim, o espaço agrário torna-se lugar de ações que viabilizam sua inserção no modo de produção capitalista, as técnicas são de fundamental importância nesse momento, já que possibilitaram não só a agilidade no processo produtivo, mas também criaram um novo ramo comercial, que é o de produção de técnicas propriamente dito, a confecção de maquinarias é um bom exemplo. Por consequência disso, a segunda natureza de agora passa a ser alvo de novas mudanças, pois sua configuração já modificada (em função das técnicas) para servir a determinados atores é novamente alterada, uma vez que,

Nesse mundo, a primeira natureza que conta já não é a natureza natural, mas sim a natureza já artificializada. A produção depende do artifício, subordinando-se aos determinismos do artifício. A produção já não é definida como trabalho intelectual sobre a natureza, mas como trabalho intelectual vivo sobre o trabalho intelectual morto, natureza artificial (SANTOS, 2013, p. 41).

Então, o campo assim como o espaço urbano vive uma incidência do trabalho sobre o trabalho já solidificado, aproveitando-se de algo ali, algo acolá... ora descartando. Tudo isso faz parte da dinâmica espacial.

Tendo o aperfeiçoamento técnico como guia e sustentáculo, o homem a partir dessa fase da história visa derrubar as barreiras naturais que antes eram enclaves para produção, porque,

Nesse mundo assim domesticado, implanta-se um império do tempo mediado, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair às leis da natureza. O respeito tradicional às condições (solo, água, insolação etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento (SANTOS, 2014a, p. 305).

O tempo da natureza já não serve mais ao homem, ele é antes de tudo um denominador que ameaça a imposição e a manutenção da lógica capitalista. Estar condicionado à natureza natural é estar fora da racionalidade, ou seja, está fora do mercado, da competitividade.

Agora, “cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2013, p. 106). A ciência também assume o seu papel nesse processo, pois é a guia dos homens tanto na produção como no aperfeiçoamento dos objetos técnicos; como nos diria Santos (2014b), a ciência agora se torna uma força produtiva de forma direta. A informação também aparece como força motriz na atualidade, todos os avanços técnicos são ao mesmo tempo avanços informacionais, já que

Vivemos hoje, cercados de objetos técnicos, cuja produção tem como base intelectual a pesquisa e não a descoberta ocasional, a ciência e não a experiência. Antes da produção material, há a produção científica. Na verdade, tratam-se de objetos científico-técnicos e, igualmente informacionais (SANTOS, 2014a, p. 215).

Quando Santos (2014a, p. 64), fez a distinção entre os objetos e as coisas, “estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho”. Possibilita-nos admitir que atualmente os objetos tendem a substituir cada vez mais as coisas em todos os lugares do globo, e o campo não se vê livre dessa fase histórica, pois é sem dúvida um lugar de acumulação capitalista, que é a grande força motora desses fenômenos.

A consequência fundamental dessa evolução técnica no campo ao longo da história é o surgimento da agroindústria, ou seja, a agricultura se enquadra, doravante, como uma atividade industrial, pois sua dinâmica é determinada pelas forças industriais que processam aquilo que ora é produzido no campo. Atualmente, “O desenvolvimento da biotecnologia animal e vegetal”, por exemplo, “representa para a indústria maiores possibilidades de adequar os insumos agrícolas às necessidades industriais”, o que incorpora a “padronização, qualidade do produto [...]” (MAZZALI, 2000, p. 30). A tecnificação do campo mexe em toda estrutura econômica dinamizando a divisão social do trabalho, criando ramos específicos de produção para maquinarias, sementes, agrotóxicos etc.

A revolução verde no século XX foi um grande momento do quadro de evolução técnica do espaço agrário, sobretudo nos países subdesenvolvidos nas décadas de 60 e 70. A universalização do uso de técnicas que aumentava e padronizava a produção foi um baluarte da revolução, isso possibilitou a países como o Brasil, por exemplo, um significativo aumento na produção, que tinha como fins primordiais o comércio exterior. Essa fase, entretanto, só

acentuou ainda mais a divisão internacional do trabalho moldada ao longo da história, ou seja, a atuação do poder hegemônico dos países de centro incidindo sobre os países menos desenvolvidos, e forçando-os a terem uma produção determinada pelas suas necessidades capitalistas.

Nesse mundo assim concebido as necessidades técnicas se fixam nitidamente no processo produtivo pela própria índole do modo de produção, como nos fala Harvey (2014, p. 169), “O capitalismo é, por necessidade, tecnológico e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais as inovações em sua busca por lucro”. Isso produz mudanças não só nas técnicas mas também na vida social das pessoas que agora precisam do trabalho assalariado para sobreviver. Observemos o que dizia Marx (1984, p. 101), já no século XIX em relação a isso:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalho assalariado [...] No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge à aplicação consciente, tecnológica da ciência.

Vimos como a técnica se apropria das relações em um dado lugar, em nosso caso de estudo o espaço agrário, moldando e criando relações que depois de sua implantação passam a vigorar. Concebemos a técnica por essa característica como um fenômeno, segundo (SANTOS, 2014a), pois desestabilizam uma organização precedente impondo-lhe uma nova lógica que em muito se difere da antiga. As máquinas da atualidade, por exemplo, são as grandes vilãs dos trabalhadores rurais, estes que são quase sempre sem terras e que agora nem mesmo a força de trabalho têm a quem oferecer em virtude do progresso técnico.

#### 2.4 A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E PAÍSES AGRÍCOLAS

A atual divisão internacional do trabalho por nós hoje observada é fruto de um grande percurso histórico, iniciado com as grandes navegações, e marcado pela exploração e pelo etnocentrismo europeu. As populações indígenas dizimadas no processo de ocupação da América e a escravização dos povos negros africanos nos dão uma dimensão de como a violência fez e ainda hoje faz parte desse modo de produção, assim nos assemelhamos ao pensamento de Marx (1984), que falava da violência como uma grande força econômica, ou seja, uma ação capaz de contribuir para o processo de acumulação de capital.

O século XVI tem várias particularidades que contribuíram para a expansão europeia rumo a destinos além-mar. Dentre eles podemos falar primeiramente do fim parcial do

sistema feudal, o que proporcionou a abertura das economias tanto para exportações quanto para importações, ou seja, passou a existir uma dinâmica espacial, um intercâmbio econômico. Outro aspecto diz respeito à reforma protestante que rompeu com o dogmatismo da igreja católica em relação à configuração física do planeta Terra, que por seu turno, intrigava e inibia as grandes navegações.

O colonialismo possibilitou às nações europeias um enriquecimento por meio do pacto colonial, através da produção agrícola como no caso do Brasil, por exemplo, por meio de plantios de cana-de-açúcar ou pelo extrativismo de metais preciosos evidenciados de forma mais acentuada na América nos casos do Brasil e do México. No tocante à África a maior fonte de acumulação e acentuação da divisão internacional do trabalho se deu pela escravização de seus povos; os escravos eram parte direta dos meios de produção, o que era bem mais vantajoso do que o trabalho assalariado, por exemplo.

O século XVIII também nos elucida algumas questões bem cruciais para a formação da atual conjuntura internacional da divisão do trabalho. A revolução industrial ocorrida neste século na Inglaterra fez com que uma nova arrumação espacial fosse traçada, já que no final do mesmo século XVIII e durante o século XIX houve a perda de muitas colônias importantes por parte dos países europeus, sobretudo na América, em virtude das revoltas independentistas. Em meados do século XIX países como França, Alemanha e Estados Unidos utilizaram-se dos avanços técnicos anteriormente desenvolvidos pela Inglaterra no século anterior para queimar algumas etapas e saltarem degraus e fazerem suas próprias revoluções industriais em um tempo bem mais comprimido, segundo Moraes; Franco (2000).

Com essa grande massa de países industrializados a produção de matérias-primas e produtos agrícolas é imposta novamente aos países de periferia, agora pelo neocolonialismo do final do século XIX. A partir de então, “[...] Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial” (MARX, 1984, p. 63-64). As colônias pobres que haviam conquistado suas independências se viam presas aos países industrializados por meio de dívidas contraídas e pela dependência de mercado, uma vez que possuíam um setor industrial incapaz de produzir tudo aquilo que era necessária à sua população, recorrendo assim às importações que os endividavam ainda mais.

No século XX a divisão internacional do trabalho que foi orquestrada ao longo de quatrocentos anos se acentua ainda mais, a dependência dos países pobres só aumentou, por meio do monopólio. Mas, não se pode deixar de mencionar a existência de um certo

desenvolvimento nestes países da periferia, perfeitamente notável na agricultura mecanizada, e na industrialização tardia. O Brasil é um bom exemplo disso, todavia, há de se notar que esses avanços são determinados por força externas, ou seja, um desenvolvimento dependente, como nos fala Santos (2008b). Nesse contexto, temos a origem dos espaços e paisagens derivadas nos países subdesenvolvidos, segundo Max Sorre apud Santos (2008d).

Vivemos dias em que as conjunturas mundiais tendem a se imporem aos lugares sejam eles onde estiver, há uma busca implacável pela homogeneidade entre os espaços em face da reprodução do capital, imposta pelos países de centro. A globalização é, pois, o mais alto estágio alcançado por esse sistema perverso que foi iniciada com as grandes navegações do século XVI. O espaço rural não conseguiu fugir dessa racionalidade hegemônica, que solidifica a divisão internacional do trabalho por meio de imposições, sendo o campo flechado também por exigências e ganâncias que geram a competitividade e as desigualdades, particularmente nos países subdesenvolvidos, Santos (2014a, p. 304), nos diz que,

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho [...].

A agricultura se torna peça chave para a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos, pois a sua produção na maioria das vezes não se destina ao mercado interno, mas sim ao mercado externo. A exportação de produtos primários não faz com que esses países (dependentes) se desenvolvam, uma vez que apenas possibilita a criação de latifúndios e o falecimento da agricultura familiar, que é a grande seguradora da soberania alimentar nacional nesses países. O agronegócio não se preocupa com segurança alimentar das pessoas, a ânsia pelo lucro faz com que a produção seja toda escoada ao exterior, produção essa que não faz parte da cadeia alimentar de primeira necessidade do povo, como, por exemplo, uma boa parte da produção de soja brasileira que é consumida por bois na Europa.

Outro aspecto preocupante diz respeito ao latifúndio improdutivo, uma vez que a sua inércia proporcionalmente concebida tem fins explicitamente especulativos. Desde sempre isso foi um problema para as lutas no campo, e também para a segurança alimentar da população; sua principal característica é a improdutividade, e às vezes a baixa produtividade. Campos (2011), nos fala do contexto histórico desse quadro no Brasil, onde os grandes proprietários na eminência da reforma agrária se apoiaram na estrutura estatal para assim



poderem tornar suas grandes extensões de terras improdutivas em produtivas. Entretanto, essa produtividade não atende às necessidades dos cidadãos brasileiros, além de ainda persistir a existência de muitos latifúndios improdutivos no território nacional, que apenas servem de base para a ostentação da elite rural enquanto classe social.

A globalização confirma aquilo que se iniciou lá no século XVI, a hegemonia de uns sobre outros. Concluímos que nas condições atuais da divisão internacional do trabalho haverá sempre uma força motriz, a dos países de centro, pressionando os países da periferia a atenderem seus anseios, sobretudo no que diz respeito à manufatura de produtos primários. As multinacionais processadoras dessa produção também contribuem para o fortalecimento dessa divisão, pois elas têm dois objetivos principais na atualidade: sendo o primeiro de utilizar a mão de obra barata desses países subdesenvolvidos e o outro de elevar as taxas de lucros nos países que fazem parte do sistema, segundo Santos (2009).

## 2.5 O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro se coloca hoje como um dos grandes ramos da economia nacional. Isso “[...] pode ser constatado a partir de vários enfoques, entre os quais o aumento da produção/produtividade e da área plantada com produtos de exportação [...]” (CAMPOS, 2011, p. 101). Verifica-se então que a intensificação das práticas do agronegócio no Brasil se deve principalmente ao mercado externo, ou seja, o país direciona grande parte de sua produção primária para a exportação. A dependência do mercado externo (que é bem mais rentável aos produtores) faz com que a natureza da produção agropecuária nacional seja determinada quase que exclusivamente pelas necessidades de outras nações.

Neste quadro existencial temos agronegócio como guia da produção agrícola exportadora, já que

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnicos-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão de obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, ou seja, as empresas rurais. (MATOS, 2012, p. 218).

Devemos ver o agronegócio como um ramo da economia preocupado com produção de mais-valia, segundo Campos (2011), pois este processo de exploração da mão de obra é um dos sustentáculos do modo capitalista de produção evidenciado claramente no território brasileiro.

Em nossa concepção, o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais. (CAMPOS, 2011, p. 109).

Para Mazzali (2000), a inserção do Brasil no quadro de países exportadores do ramo do agronegócio se deu, sobretudo, a partir do último quarto do século passado pela “presença de uma conjuntura internacional extremamente favorável”, que a partir de então “abriu espaço para uma nova estratégia de integração às correntes múltiplas de comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais”, isto foi possibilitado também “pela estagnação das exportações e dependência de um único produto – o café”, sobressaindo a partir de agora “produtos como soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carnes de aves e de bovinos” (MAZZALI, 2000, p.18).

Hoje, fala-se muito nos complexos agroindustriais que são a integração da indústria com a agricultura e a pecuária. O Brasil é um destaque nesse segmento, pois parte da produção que sai para exportação é manufaturada; um bom exemplo são os sucos naturais e carnes de corte. Mas, “Além da integração da agricultura-indústria o complexo agroindustrial também engloba a articulação com o setor financeiro, com segmentos comerciais e o Estado” (CAMPOS, 2011, p. 103). Através dessas alianças não se cria apenas um segmento econômico, mas também uma nova classe, os agroindustriais, pois englobam aquilo que hoje chamamos de elite rural, já que comandam o processo de reprodução do capital no campo e em parte da indústria.

O Estado é sem dúvida um grande viabilizador do processo de acumulação de capital nas atividades do agronegócio no Brasil. O poder institucional passa a ser regulador e financiador ao mesmo tempo, sobretudo a partir da década de 60, período em que se inicia o processo de difusão das ideias e práticas dos complexos agroindustriais pelo território nacional visando os comércios além-mar. Todavia, não temos no caso do Brasil o Estado empreendedor que espera se beneficiar do processo de acumulação como nos países desenvolvidos, segundo Harvey (2005), mas, ao contrário, temos um Estado fantoche dos grandes produtores, sendo apenas um subsidiário dos atores hegemônicos nacionais e internacionais.

Quando o Brasil iniciara sua caminhada no agronegócio em virtude principalmente do mercado internacional, o Estado foi de grande valia, pois para Mazzali (2000, p. 22):

No padrão de regulação estatal, as políticas financeiro-fiscal e de fomento tecnológico assumiram a primazia. A política de financiamento agrícola constituiu-se no eixo da intervenção estatal, revelando-se o principal mecanismo de articulação, pelo Estado, dos interesses agroindustriais.

No estágio atual, segundo Campos (2011), o fato de o Estado ser o grande regulador tem sua relevância, mas para essa autora é através dos investimentos em infraestruturas que o Estado assume sua maior função de “suporte” nos dias de hoje, pois, “nesse caso a palavra suporte tem sentido lato”, pois é “o Estado que realiza as principais obras na infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário), de energia, entre outras que vão moldando os espaços conforme as demandas do capital” (CAMPOS, 2011, p. 127).

O Estado brasileiro como se pôde notar no percurso histórico de territorialização do agronegócio assumiu grande importância, pois foi um grande facilitador no que diz respeito às políticas de incentivo fiscal e construção de infraestruturas. Tudo isso contribui para a exacerbação do atual modo de produção, uma vez que “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 93).

A polimerização existente entre Estado, latifundiário e estrutura econômica faz com que o agronegócio no Brasil cresça cada dia mais para atender às demandas do mercado internacional. A atuação dessas estruturas metamorfoseia o território nacional, e faz com que a divisão social do trabalho se diversifique mais ainda, pois o agronegócio desencadeia uma série de outras funções que lhes servem de apoio tais como o comércio, insumos, maquinaria, transportes etc.

Assim, passamos a ter dentro da nação uma divisão territorial do trabalho onde há lugares que se dedicam à produção de mercadorias agrícolas e agroindustriais específicas para a exportação e minimamente para o mercado interno. Desse modo, os lugares se articulam com o restante do território e com o mundo, e não mais apenas com o seu entorno regional, pois “já não podemos falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos de falar de circuitos espaciais de produção” (SANTOS, 2014c, p. 55-56).

Todavia, é importante salientar que, o processo de territorialização do agronegócio não se dá apenas pela prática das ordens mundiais, mas também pela ordem local. A ordem local pode ser as virtualidades do lugar, ou seja, as condições locais sejam elas físicas, demográficas, culturais etc., já que, “o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares”

(SANTOS, 2008a, 169). Para exemplificarmos peguemos o exemplo da região sul do Brasil que é a única no território nacional capaz de estabelecer a produção de trigo em ampla escala devido às suas condições físicas, sobretudo as climáticas.

Assim, podemos verificar duas ordens concomitantemente determinando a dinâmica dos lugares. Sendo uma alheia a ele, a de fora; e a outra baseada em suas próprias virtualidades. Santos (2014a, p.339), esmiúça essa temática dizendo que “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. A chamada razão global permeia todos os lugares influenciando as várias divisões territoriais do trabalho, que atinge diretamente os lugares dentro de um dado país; a ordem local por sua vez age dialeticamente com a global, ora servindo de atração para esta, ou às vezes repelindo-a.

O Brasil atualmente tem se colocado como um grande produtor e exportador no ramo dos produtos agropecuários. A produtividade vem aumentando a cada ano e a sua participação no mercado externo também; o Quadro 1, mostra como nos três primeiros semestres de 2015 o abate de bovinos, suínos e aves ascendeu progressivamente durante o ano (com exceção dos bovinos, o que não significa muitas perdas):

**Quadro 1:** Brasil: bovinos, suínos e aves abatidos nos três primeiros semestres de 2015

SEMESTRE	BOVINOS	SUÍNOS	AVES
Ano: 2015	Milhões de cabeças	Milhões de cabeças	Milhões de cabeças
1º Trimestre	7.740	9.178	1.382.406
2º Trimestre	7.623	9.685	1.402.876
3º Trimestre	7.557	10.178	1.502.670
TOTAL	22.920	29.041	4.287.952

**Fonte:** IBGE/DPE/COAGRO - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais. Organização: Delismar Costa (2016)

Essa progressividade no abate se justifica pela crescente demanda do mercado externo, já que o Brasil constantemente atinge as condições sanitárias necessárias para manter vínculos comerciais com algumas nações.

Os produtos advindos da agricultura também têm uma grande visibilidade, pois são mercadorias sempre em alta no mercado externo. O café, a soja e a cana-de-açúcar são grandes exemplos, com exceção da cana-de-açúcar, o café e a soja terão uma ascensão na produção e também na área a ser colhida no ano de 2016 (Quadro 2), estes são dois produtos que têm uma grande procura tanto no mercado interno quanto no mercado externo; a cana-de-açúcar deve diminuir tanto sua produção quanto a área plantada, o que sem dúvida tem a ver

com deficiência hídrica que tem passado a região sudeste, principalmente o estado de São Paulo, o maior produtor nacional.

**Quadro 2:** Brasil: Variações da produção e área a ser colhida do café, soja e cana-de-açúcar em relação ao ano de 2015

Produtos	Produção em toneladas 2015	Produção em toneladas estimativas para 2016	Variação entre os anos	Área plantada em hectares 2015	Área colhida em hectares estimativa para 2016	Variação entre os anos
Café	1.990.387	2.303.315	+15,72%	1.532.544	1.572.630	+2,62%
Soja	97.043.704	102.689.122	+5,82%	32.113.130	32.956.417	+2,63%
Cana-de-açúcar	754.948.452	721.389.231	-4,45%	10.285.972	9.707.157	-5,63%

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Organização: Delismar Costa (2016)

As altas na produção de café e soja principalmente fazem com tenhamos agora a existência das *commodities*, que são a produção que de fato não serve às necessidades alimentares da sociedade nacional, sendo às vezes formados estoques que ficam a espera de melhoras nos preços para então serem vendidos.

[...] quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque, apesar de ambos serem obtidos a partir do uso humano das riquezas naturais, os alimentos, são produzidos conforme a lógica que Marx denominou de valor de uso, enquanto as mercadorias agroalimentares são produzidas conforme a lógica do valor, ou seja, são produzidas para possibilitar aos capitalistas maior acumulação de capital, não para atender às necessidades das pessoas (CAMPOS, 2011, p. 129).

Assim, podemos afirmar que o agronegócio brasileiro está intrinsecamente ligado à dinâmica internacional da estrutura econômica. Isto cria por seu turno, um quadro de dependência do mercado externo, ou seja, a produção nacional é determinada pelas exigências do exterior e não pelos anseios do povo brasileiro. A soberania alimentar é posta em xeque, pois a vulnerabilidade causada por esse processo faz com os preços de produtos básicos para a alimentação da população se tornem caros pela falta de produção nacional, recorrendo às importações que os tornam ainda mais inacessíveis.

### **3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO E A AGROINDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO)**

A Territorialização do capital, em um determinado lugar, por um ramo da divisão social do trabalho se dá por uma série de elementos que contribuem harmoniosamente para o movimento da engrenagem capitalista. Partindo desse pressuposto, verificamos alguns aspectos primordiais que são sempre levados em consideração pelos agentes capitalistas na hora de realizarem seus investimentos, são as condições oferecidas pelos lugares, uma vez que elas podem não ser as mesmas em diferentes localidades, contribuindo desse modo para a edificação das diferenças geográficas e acentuação da divisão territorial do trabalho.

As principais condições levadas em consideração pelos atores hegemônicos quando se trata da atratividade dos lugares são as situações demográficas, de infraestruturas e de desenvolvimento social que servirão de norte para suas estratégias. Mas, não se pode deixar de analisar o contexto histórico da parcela territorial de onde se busca tirar as conclusões acerca da territorialização do capital, já que a história não se faz de uma só vez. Assim, de um modo particular, os elementos do passado e do presente serão nossos guias para uma boa análise acerca da territorialização do capital do agronegócio e da agroindústria de Araguaína, subsidiando-nos no decorrer dessa discussão.

#### **3.1 O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA EM ARAGUAÍNA (TO)**

Araguaína é potencialmente concebida como um pólo, pois é um município economicamente forte dentro do estado do Tocantins e com grande influência nas regiões interestaduais próximas, sobretudo dos estados do Pará e do Maranhão. Muitas especificidades podem ser citadas, e o exemplo clássico é a grande força do setor de comércio. Isso sem contar a sua vasta oferta no setor de serviços, como por exemplo, na área da saúde que funciona como reforço à sua polarização (GASPAR, 2002); ou mesmo em ramos como o da educação em nível superior como vem se mostrado nos últimos anos (GASPAR, 2011). Isso contribui assiduamente para o processo de polarização de Araguaína, fortalecendo-a sem dúvida como uma área de desenvolvimento.

A cidade tem sido um ponto atrativo para a imigração, em virtude de suas virtualidades econômicas. Em 2010 a população do município era de 150 mil habitantes, cinco anos depois, em 2015, estima-se que a sua população gira em torno de 170 mil

habitantes, um aumento de mais de 13% que é acima da média nacional, segundo dados do IBGE. O comércio é aquecido com a chegada de muitas redes e franquias nacionais e internacionais (tais como a Subway, Giraffas, Colcci, Frutos de Goiás dentre outras) estimulando a imigração de pessoas para cidade, além disso, o lugar possui o ramo de construção civil forte e em ascensão, que atende os trabalhadores menos qualificados, sobretudo os imigrantes.

Nosso foco aqui será o agronegócio presente no município, muito embora este não seja tão notável em termos numéricos quando o relacionamos ao PIB municipal. Falaremos inicialmente da agropecuária, pois a de se notar também que as intencionalidades mercantis que lhe envolve se subsidiam, sobretudo na cidade, o que configura a dialética cidade-campo culminando na criação de formas e funções espaciais dispostas a alicerçar a dinâmica econômico-agrária do município, são bons exemplos os bancos, as lojas de implementos agrícolas, as clínicas veterinárias, as empresas de consultoria etc. Analisaremos como a agropecuária se territorializou no município no transcorrer do tempo, e como se encontra na atualidade, discutindo o valor econômico das atividades inerentes a esse processo.

O valor é uma construção espaço-temporal distintiva que depende do desenvolvimento de toda uma gama de práticas espaços-temporais (incluindo a territorialização da superfície da terra por meio de direitos de propriedade e da formação de Estados, bem como o desenvolvimento de redes geográficas e sistemas de troca para o dinheiro e as mercadorias, incluindo a própria força de trabalho) (HARVEY, 2004, p. 149).

Araguaína em sua história ocupacional e política quando ainda era conhecida como povoado “Lontra” pertencera primeiramente ao município de São Vicente do Araguaia (atual Araguatins); tempos depois passou a fazer parte do município de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis). Em 1948 a localidade passa a se chamar de fato Araguaína, em homenagem ao rio Araguaia, e também foi nesse mesmo ano que passou a fazer parte do município de Filadélfia; em 1953 o povoado é elevado à categoria de distrito de Filadélfia; e finalmente no ano de 1958 ocorreu a sua emancipação política e a criação do município de Araguaína. Atualmente Araguaína conta com apenas um distrito que é a sede, já que em 1991 os distritos de Aragominas, Muricilândia e Araguanã que antes faziam parte de sua extensão territorial foram elevados à categoria de município<sup>8</sup>.

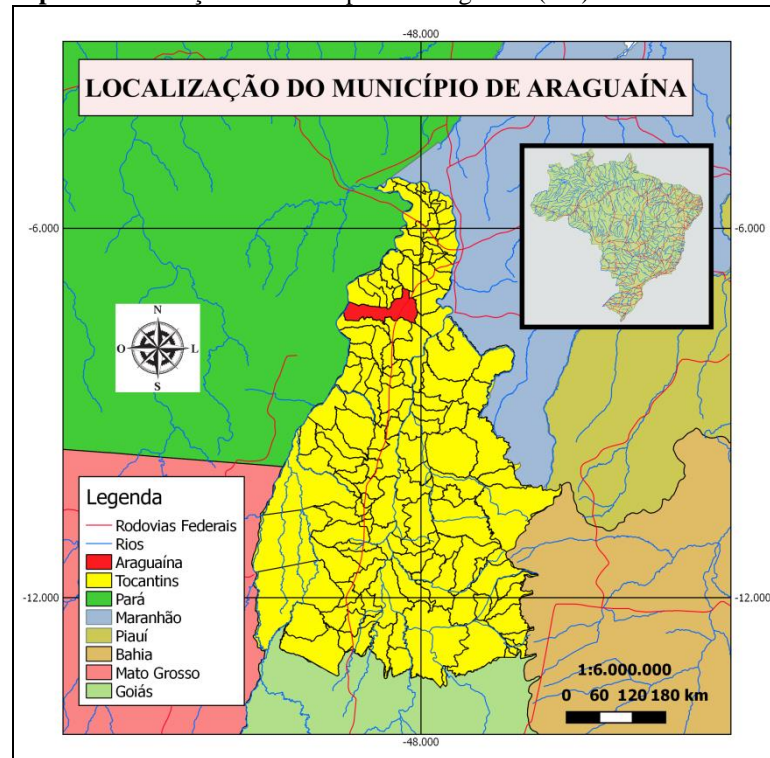
No Mapa 1 temos a atual configuração política territorial do estado do Tocantins, bem como a localização e dimensões do atual município de Araguaína. O município está

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=170210&search=tocantins|araguainalinfograficos:-historico>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

localizado na porção norte do estado, distante cerca de 380 km da capital Palmas que se localiza na porção central. Araguaína se configura como uma localidade central em relação aos seus municípios vizinhos que são quase todos de pouca expressividade econômica e política no cenário regional.

**Mapa 1:** Localização do Município de Araguaína (TO)



**Organização:** Delismar Costa (2016)

O desenvolvimento econômico se iniciou com a construção da BR-153 na década de 1960; a rodovia corta o município no sentido norte-sul. A partir deste marco a cidade vem se mostrando como um forte expoente econômico no âmbito estadual desde os tempos de Goiás, e principalmente agora que faz parte do estado do Tocantins. O desenvolvimento demográfico (sobre a evolução populacional de Araguaína ver Quadro 3) se deu muito rapidamente em relação a outros municípios vizinhos, em virtude da construção da rodovia que servia de estímulo a imigração.

Essa dinâmica criada principalmente com a construção da rodovia não trouxe apenas o crescimento da população, mas também o desenvolvimento de atividades econômicas como a agropecuária e outros setores, por exemplo, o de serviços (comércio, hospitais, construção civil etc). Assim verificamos a ideia de Harvey (2004, p. 238), quando o autor diz que “[...] os investimentos em infraestruturas sempre geram distorções e desenvolvimentos geográficos desiguais, e estes atraem ainda mais desenvolvimento, como parte da sinergia que advém inevitavelmente quando as atividades do livre mercado se envolvem na produção do espaço”.



**Quadro 3:** Evolução da população de Araguaína (TO) ao longo de sua emancipação

<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Varição em Relação ao censo Anterior</b>
1960	10,622 mil	-----
1970	37,780 mil	+255,67%
1980	72,069 mil	+90,75%
1991	103,396 mil	+43,46%
2000	113,090 mil	+9,37%
2010	150,622 mil	+33,18%

**Fonte:** IBGE – Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Organização: Delismar Costa (2016)

Araguaína como se observa no Quadro 3 teve sempre avanços significativos no números de habitantes a cada censo demográfico, com exceção do período entre 1991 a 2000 quando o município teve um acréscimo de apenas 9,37% na população, sendo esse o único momento em que foi constatado uma taxa de crescimento populacional inferior a 30% desde a sua emancipação. Esses dados nos dão a noção de como o processo de imigração de pessoas para Araguaína juntamente com o crescimento vegetativo são e foram responsáveis pela formação de uma reserva de mão de obra, utilizada tanto no campo como na cidade, que proporciona a produção de mais-valia e, por conseguinte, o enriquecimento dos empresários e grandes latifundiários locais.

Os grandes investimentos em infraestruturas que foram iniciados no governo de Juscelino Kubitschek e que visavam à integração do território nacional através das redes, principalmente por meio de construção de rodovias, adentraram a região Norte do país onde ainda não havia um desenvolvimento como o que era verificado nas regiões Sudeste e Sul da nação. Como pudemos notar Araguaína foi beneficiada por essa política aumentando sua importância e participação econômica no âmbito das relações capitalistas de produção.

O município a partir desse momento passou a se integrar com as localidades do seu entorno, com as demais regiões do país e mais recentemente com outros países, isso se dá, sobretudo pela ação das redes, uma vez que “Através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade [...]. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos estados e o nível local” (SANTOS, 2014a, p. 270). Araguaína encontra-se inserida nesses três paradigmas, principalmente pela atuação da agroindústria frigorífica, seja no nível local através das relações mantidas com os municípios de seu entorno, seja no nível nacional dialogando e interagindo com as demais regiões do Brasil, ou mesmo no cenário

internacional efetivamente notável pela exportação de carne, tal fenômeno não seria possível sem a funcionalidade das redes, sejam elas de transportes, de comunicação ou cibernéticas.

Entretanto, a cidade não teve um desenvolvimento totalmente sadio no que diz respeito à sua equipagem de infraestruturas, enfrentando problemas internos de organização, ainda no início de sua história como município emancipado; temos uma comparação bem notável que dizia o seguinte:

[...] Imperatriz tem bom traçado urbano, com ruas largas, ao passo que Araguaína cresce desordenadamente, sem plano preconcebido. Pela mesma razão Imperatriz tem função regional bem estabelecida, enquanto Araguaína é ainda incipiente como entreposto, já que suas comunicações com os centros próximos, fora da Belém-Brasília, são deficientes (VALVERDE; DIAS, 1967 apud PEREIRA, 2013, p. 118).

Atualmente, a cidade tem uma função regional bem estabelecida; mas com grandes deficiências na organização dos arranjos espaciais urbano, como nos fala Pereira (2013, p. 113), “Faltam praças, rede de saneamento básico, asfalto com qualidade, arborização, calçadas niveladas para o Portador de Necessidades Especiais se locomover, falta rigor no cumprimento das normas de trânsito, etc”.

Problemas à parte; Araguaína depois dessas etapas passa a ter todos os pré-requisitos para a territorialização do capital fundiário. Pois possui uma estrutura demográfica considerável, que lhe garante um excedente de mão de obra; uma região próxima e alguns lugares longínquos que lhe fornecem matérias-primas, como no caso do abate de animais; e uma rede de infraestruturas que lhe serve de suporte como, por exemplo, a BR-153, as redes de comunicação e informação; e, por último o município tem um mercado amplo que absorve a sua produção<sup>9</sup>, seja localmente ou até mesmo internacionalmente, um bom exemplo é a produção de carne bovina que é exportada até para o Oriente Médio.

Assim, podemos afirmar que o processo histórico-geográfico de territorialização do agronegócio em Araguaína se deu principalmente por meio de três processos, o primeiro é a implantação da rodovia BR-153 que viabilizou a integração do município com restante do território nacional; depois ao papel do Estado como grande incentivador; e por último pela divisão territorial do trabalho que praticamente obriga a região Norte do país a se dedicar à produção primária, enquanto as regiões Sudeste e Sul se fortificam com indústria e avanços

---

<sup>9</sup> Para Harvey (2005, p. 44-45), a acumulação capitalista depende de alguns pré-requisitos básicos, em primeiro lugar é necessário “A existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção”; em segundo lugar deve haver no mercado a oferta “de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infraestrutura física e assim por diante – que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido”; e por último de haver um mercado “para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas”.

técnico-científicos na ordem da *tecnosfera*; a região Norte por seu turno recebe apenas ordens a serem cumpridas em favor da economia nacional fortalecendo a *psicosfera*<sup>10</sup> hegemônica do sudeste e do sul, que produz o desenvolvimento geográfico desigual<sup>11</sup>.

Cabe salientar que para nós possuidores da visão crítico-geográfica dos fatos, a divisão territorial do trabalho é apenas uma forma de o país se adequar às exigências da estrutura econômica mundial (a totalidade), ou seja, apesar de ser um quadro visível ao investigador, atualmente não se pode analisar essa divisão territorial sem a devida relação com a própria divisão internacional do trabalho, que é de fato a verdadeira força motriz da dinâmica econômica dentro e fora dos territórios nacionais. Assim fica claro que a totalidade é chave para uma análise clara da realidade, já que nenhum lugar se explica per si.

A pecuária local se dedicou principalmente à criação de bovinos de forma extensiva, que é sem dúvida o segmento de atividade rural mais notável no município e na sua região próxima. Isso talvez explique o título de “Capital do Boi Gordo”. Veremos mais adiante que esse título também se deve à grande quantidade de bovinos abatidos nos frigoríficos da cidade sendo eles de origem local ou não.

**Quadro 4:** Quantitativo dos maiores rebanhos de Araguaína (TO)

ANOS	BOVINOS	SUÍNOS	GALINÁCEOS
	Milhares de cabeças	Milhares de cabeças	Milhares de cabeças
2012	222.700	4.900	206.750
2013	223.985	5.164	235.473
2014	226.770	4.700	295.120

**Fonte:** IBGE - Produção da Pecuária Municipal. Organização: Delismar Costa (2016)

No Quadro 4 temos os quantificadores dos maiores rebanhos do município, notando-se a progressão contínua nos últimos anos no aumento do rebanho bovino. Embora não sejam números tão exorbitantes se comparados a outros municípios do estado que estão no topo, isso não significa dizer que o abate de gado de corte não seja a atividade mais relevante, já que a região próxima da cidade e municípios do Pará aparecem como os grandes fornecedores de gado, e a cidade exerce a função de pólo atrativo e processador dessa produção.

<sup>10</sup> “A psicosfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o universo”.

“A tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo” (SANTOS, 2013, p. 30).

<sup>11</sup> No Brasil, “Como tecnosfera, o meio técnico-científico se dá como fenômeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psicosfera, ele é domínio do país inteiro” (SANTOS, 2013, p. 30).

Com relação à agricultura podemos afirmar que sua contribuição para a dinâmica econômica do município é quase irrelevante; a produção de soja inexistente até hoje. No Quadro 5 veremos quais são as principais lavouras temporárias e os seus últimos números. Talvez um dos motivos para a inexistência de uma agricultura forte seja a preferência moldada ao longo de vários anos pela pecuária extensiva, pois o mercado sempre está aquecido no âmbito nacional e/ou internacional. Se pegarmos o número de bovinos do município em 2012 e compararmos com a população que nessa época girava em torno de 150 mil habitantes teremos uma superioridade de cerca de quase 48% a mais de cabeças de gados em relação ao número de pessoas, ou seja, para cada habitante existia mais ou menos 1,4 cabeças de gado.

**Quadro 5:** Produção e área plantada das principais lavouras temporárias de Araguaína (TO)

Anos	Arroz		Feijão		Mandioca		Milho	
	Área Plantada	Produção	Área Plantada	Produção	Área Plantada	Produção	Área Plantada	Produção
2011	750 ha	1.275 t	360 ha	234 t	790 ha	17.380 t	1.200 há	2.160 t
2012	800 ha	1.464 t	390 ha	254 t	420 ha	7.560 t	1.100 ha	2.035 t
2013	700 ha	1.365 t	320 ha	208 t	790 ha	11.850 t	1.000 ha	1.870 t
2014	450 ha	855 t	200 ha	125 t	700 ha	15.400 t	800 ha	1.520 t

**Fonte:** IBGE – Produção Agrícola Municipal. Organização: Delismar Costa (2016)

No Quadro 6 veremos os números das principais lavouras permanentes, que contribuem também para variação da produção, e que de modo particular servem para atender o mercado local, que muito embora seja alvo de produtos advindos de fora ainda persiste mesmo que de forma pequena e às vezes de modo tradicional. Juntamente com as lavouras temporárias, as lavouras permanentes abastecem muitos supermercados locais que recebe produtos para a revenda; as feiras livres também são locais onde essa microprodução é comercializada, sendo a feira da Praça do Mercado Municipal a mais antiga e tradicional na cidade; o programa “Compra Direta” gerido pela Prefeitura Municipal também participa na compra desses produtos, e os destinam para programas assistenciais de distribuição de cestas básicas.

**Quadro 6:** Dados das principais lavouras permanentes de Araguaína (TO)

LAVOURAS	Área Colhida 2014	Produtividade 2014	Valor da Produção 2014
BANANA	145 ha	6.897 Kg/ha	900 mil reais
COCO-DA-BAÍÁ	118 ha	15.297 frutos/ha	1.354 milhões de reais
LARANJA	81 ha	15.802 Kg/ha	640 mil reais

**Fonte:** IBGE – Produção Agrícola Municipal. Organização: Delismar Costa (2016)

Outro intensificador desse processo de territorialização do capital que pode ser analisado é a criação do Sindicato Rural de Araguaína (SRA), que foi um grande passo para a expansão das atividades pecuaristas e da agricultura no município. Para Dias (2014, p. 67), “[...] a principal função do SRA é fomentar a valorização econômica, política e cultural da pecuária em Araguaína e região [...]”. O sindicato fora criado oficialmente em 1967 quando o município ainda tinha nove anos de emancipação política, isso mostra a sua vocação desde o início para as atividades de setor primário. O referido sindicato tem sim um papel importante na fixação da atividade agropecuária no município, pois é um dos atores responsáveis pela organização que viabiliza a territorialização do capital no campo araguainense. Esse sindicato é nada mais que um dos disseminadores das ideais elitistas da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), presidida por Kátia Abreu, que visa ao fortalecimento progressivo da monocultura e extinção da agricultura familiar.

Outra forma-conteúdo<sup>12</sup>, por assim dizer<sup>13</sup>, que viabiliza o processo de territorialização da agropecuária no município é o DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína), pois o mesmo “[...] é um espaço destinado a instalação de empresas, cujo objetivo é alavancar a produção industrial, fortalecendo a economia da cidade e região, atraindo então novos investidores para o surgimentos de indústrias, aumentando a oportunidade de empregos e gerando receita na região” (SOUSA; LORRAYNE, 2014, p. 5). O distrito fora criado em 1990, sua função era bem nítida, mas com o passar do tempo foi em termos abandonado pelo poder público, algumas empresas ainda têm sede no distrito inclusive do segmento de estocagem de cereais.

<sup>12</sup> “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõem o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2014a, p. 103).

<sup>13</sup> Essa terminologia (forma-conteúdo) de Milton Santos fora utilizada recentemente por DIAS (2014); DIAS; VASCONCELOS FILHO (2015) para denominar as formas e funções espaciais de apoio às atividades do agronegócio em Araguaína. Comungamos aqui dessa mesma conotação utilizada por estes autores em relação ao termo; e em nossa investigação nos assemelharemos bastante.

Como se pôde notar, múltiplas variáveis contribuíram para instalação do ramo de atividades agropecuárias em Araguaína, além das já citadas podemos falar de outras formas espaciais como o Parque de Exposições de Araguaína, que viabiliza eventos de natureza cultural e de negócios inerentes à agricultura e à pecuária local. A instalação de uma ampla rede de lojas especializadas na venda de insumos e maquinaria agrícolas na cidade; além de uma gama de serviços bancários que facilita o crédito e assim o fomento às atividades rurais no município, cujo maior expoente é o BASA (Banco da Amazônia S/A). Isso sem contar os incentivos recebidos por aqueles que se dedicam a esse segmento, advindos do governo federal, tais como crédito automobilístico, isenção do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) etc.

Esse processo beneficia claramente a elite ruralista local, os grandes fazendeiros, empresários e promotores de eventos; uma vez que a representação cultural apenas fortalece o poder de uma classe que já é hegemônica, pois muitas pessoas comuns tomam como propósito para si o modo de se vestir, as expressões vocabular, os ambientes de convívio social (bares sofisticados, lojas requintadas de moda, ambientes de negócios etc) dos representantes da classe dominante do campo. O poder simbólico é alienante, já que dissemina um modo de vida que não passa da superficialidade, as pessoas fazem apenas uma mera representação, ao passo que os ricos são os que verdadeiramente detêm a capacidade e meios de explorar a força de trabalho alheia.

“[...] participam indústria fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transportes, armazenagem, beneficiamento, bem como uma gama de serviços de assistência técnica, contábil, de logística, de crédito, entre outros. Enfim, articulações à montante e à jusante do processo agrícola propriamente dito” (CAMPOS, 2011, p. 102).

Verificamos desse modo a aplicabilidade do método sistêmico no processo produtivo do agronegócio, conforme Campos (2011), pois em Araguaína há uma verdadeira comunhão de elementos que culminam na territorialização do capital dessa atividade.

### 3.2 O PAPEL DAS INSTÂNCIAS, POLÍTICA, INSTITUCIONAL E ECONÔMICA NA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO EM ARAGUAÍNA (TO)

O território brasileiro como um todo não é um tecido homogêneo, muito pelo contrário, é marcado pelas distorções e desigualdades. O próprio processo de ocupação portuguesa já deixou bem claro por meio de suas políticas e atividades que as partes litorâneas eram e são até hoje as regiões mais fortes econômica e demograficamente. Entretanto, muitas

políticas de povoamento e expansão de atividades foram aos poucos sendo implantadas para assim promoverem a integralização de todo o território. A região norte não se viu longe dessas articulações, sobretudo pela existência nessa parte do território da floresta amazônica, que foi alvo de muitas visões geopolíticas no período de ditadura militar.

Do ponto de vista político podemos afirmar que várias ações foram feitas ao longo do tempo para uma complexa territorialização do capital do agronegócio na cidade de Araguaína. Assim, de um modo geral a política assume um papel fundamental no Brasil, pois além de dá sentido às ações econômicas também as viabilizam.

No âmbito da política o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização. Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como financiamento de campanhas eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto do poder executivo quanto do legislativo (CAMPOS, 2011, p. 117).

No Brasil, “Uma das mais importantes ‘conquistas’ do agronegócio, garantida por esse mecanismo de representação político institucional, foi a aprovação da Lei Complementar 87/96, que isenta do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, em particular para “os produtos primários e semi-elaborados voltados para exportação” (CAMPOS, 2011, p. 118). Isso demonstra como a estrutura política ruralista nacional se encarrega de beneficiar aqueles que reproduzem o capital por meio de atividades rurais.

Em aspectos locais Araguaína em sua história política teve ao longo de vários anos, sobretudo no âmbito do poder executivo, a presença de gestores que representavam nitidamente a elite rural do município e de sua região próxima. Esse cenário teve alguns momentos de turbulência como, por exemplo, o período de 1973 a 1976 quando a localidade foi administrada por quatro mandatários (João de Sousa Lima, Wilson Gomes de Sousa, José Ribamar Gomes Marinho e Uzimael Gonçalves Pereira) ao longo oito micro administrações (chamamos micro administrações pelo fato de terem sido de curtas durações não superiores a dois anos); esse momento histórico foi marcado pela existência de questões relacionadas a inquérito policial, intervenções estadual e até mesmo cassação de mandato, sendo um dos períodos mais turbulentos da história política-administrativa araguainense, segundo Araújo (2000).

O maior expoente que aqui podemos citar é o já falecido político João Ribeiro, que esteve à frente do executivo municipal (1989-1990; 1990-1992), considerado um grande latifundiário. O político em questão teve notórias atuações no cenário nacional em defesa do

expansionismo do agronegócio, haja vista que essa é a sua classe de pertencimento. No ano de 2011 o então senador, teve seu nome envolvido em uma grave denúncia que afirmava que em uma de suas fazendas havia existência de trabalho análogo à escravidão<sup>14</sup>. No Tocantins essa prática ainda persiste, principalmente na região do Bico do Papagaio que é *locus* de conflito pela posse da terra e de concentração de trabalho escravo por dívida, segundo Lopes (2009).

Essa forma de acumulação do capital por meio de relações pré-capitalistas (no caso aqui a escravidão) é uma das múltiplas faces desse modo de produção que sempre visa usurpar a força de trabalho do proletariado, seja no campo ou na cidade. Martins (2010, p. 36), expressa sua opinião afirmando que “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. O que João Ribeiro fez foi exatamente isto, pois utilizou-se de formas não capitalistas de produção subordinadas ao capital para fortalecer ainda mais o processo de acumulação do capital no espaço agrário<sup>15</sup>.

No Tocantins de um modo geral essa articulação política se dá de forma nítida, a elite política é ao mesmo tempo a elite rural, pois “Eles atuam no fortalecimento da expansão do capitalismo no campo tocantinense, e a intensificação do consumo produtivo a ele relacionado. Isso ocorre através da criação de pautas, projeto de lei, procura por financiamentos, propõem emendas, negociam isenções, etc” (DIAS, 2014, p. 59). Dessa forma, a política mescla-se à economia agindo em favor de seus próprios interesses e não pela busca do bem estar social.

Um notável exemplo dessa articulação política é caso da senadora e ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu; seus ideais são bem claros em relação ao agronegócio, ela busca viabilizar de todos os modos a reprodução do capital perante as atividades inerentes a esse segmento no estado do Tocantins. A representante ruralista já chegou a comemorar aquilo que chamou de perda da hegemonia por parte das ONGs frentes às decisões ambientais, em virtude da redação do novo código florestal; além de na mesma ocasião emitir a célebre: “Não vamos deixar o descumprimento de leis trabalhistas ser

---

<sup>14</sup> A reportagem dizia que: “Acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reitera a caracterização do trabalho análogo à escravidão em propriedade do senador João Ribeiro (PR-TO) – Condenado a pagar R\$ 76 mil de indenizações por danos morais”. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/03/tst-confirma-escravidao-na-fazenda-do-senador-joao-ribeiro/>>. Acesso em: 21 de março de 2016.

<sup>15</sup> “A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliadas das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas” (MARTINS, 2010, P. 37).



confundido com escravidão<sup>16</sup>”; e por último, em um quadro mais atual, temos a sua articulação na inserção do Tocantins no projeto MATOPIBA<sup>17</sup>. Isso demonstra o quão a elite política ruralista se dedica à sua causa maior, que é a exploração exacerbada de mão de obra barata e estagnação do meio físico perante as atividades agropecuárias em busca de lucros e concentração de poder.

No que diz respeito à estrutura institucional, podemos afirmar que sem o poder do Estado o capitalismo nada seria, já que o Estado se transfigura em diferentes meios que viabilizam a produção de lucros. Tais transformações se concretizam em forma de infraestruturas, incentivos e políticas voltadas ao fomento das atividades econômicas, que também contemplam as do agronegócio. O Estado é um aparelho que por sua própria natureza é detentor de poder e autonomia para realizar, determinar e contribuir para realização de projetos ideológicos, principalmente os de natureza econômica desde que o neoliberalismo passou a ser a nova roupagem das ações mundiais.

O poder institucional é sem dúvida uma das peças principais da engrenagem capitalista atual, agindo em suas várias esferas de ações ele possibilita que os atores hegemônicos unam-se a ele, de forma que possam melhor aproveitar os benefícios oriundos de suas políticas, sobretudo no campo das relações de produção<sup>18</sup>, já que “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo” (HARVEY, 2005, p. 84).

Esse caráter mediador do Estado entre duas coisas tão antagônicas como o capital e o trabalho, faz com que muitas funções sejam exercidas por ele no âmbito dessa relação. A seguridade social, a fixação de salário mínimo e medição no caso de desavenças (patrão-empregado) são bons exemplos de como sua atuação é crucial para os capitalistas. A agricultura, por exemplo, empregou 116,746 mil trabalhadores em 2013, quase o dobro de empregos gerados dez anos antes, em 2003, que por seu turno, obteve um total de 65,452 mil postos de empregos ocupados, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Tal fato

---

<sup>16</sup> Em entrevista concedida à BBC Brasil.

Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120614\\_entrevista\\_katia\\_jf.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120614_entrevista_katia_jf.shtml)>. Acesso em: 21 de março de 2016.

<sup>17</sup> O MATOPIBA é uma nova fronteira agrícola criada pela esfera política brasileira, com grandes contribuições e articulações política de Kátia Abreu. O projeto envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

<sup>18</sup> As relações de produção no modo de produção capitalista estão pautadas principalmente na relação de classes; de um lado temos os detentores de capital e de meios de produção, os capitalistas, e do outro lado temos uma classe cuja única mercadoria que tem para vender no mercado é a força de trabalho, o proletariado.

se deve única e exclusivamente ao papel exercido pela instância institucional, sua capacidade de normatização, de construir infraestruturas e de harmonizar as relações entre as classes sociais (sempre favorecendo os capitalistas) é notória; assim, o Estado é um agente insubstituível nesse processo de produção de mais-valia.

Araguaína não foge a essa lógica, pois a estrutura institucional já se encontra aparelhada e presente em todas as partes do território, seja através de infraestruturas, serviços ou normatizações. O município é alvejado claramente pela sua articulação, em favor das atividades do agronegócio, sua configuração territorial demonstra isso claramente através da presença, por exemplo, de rodovias, do parque de exposição agropecuária e do distrito agroindustrial; ou mesmo de forma imaterial, seja por meio das leis de regulamentação trabalhista ou de benefícios fiscais aos capitalistas do agronegócio.

Do lado econômico, como já sabemos; tudo concorre para que os fluxos de mercadorias, capital e informação se deem da melhor forma possível para a classe hegemônica, os capitalistas. As relações de produção são asseguradas como já vimos pela ação estatal, mas a estrutura econômica por si só tem uma arrumação interna que viabiliza sempre o maior enriquecimento dos detentores dos meios de produção, ao passo que proporciona cada vez mais a dependência dos trabalhadores em relação à classe burguesa, já que para o pobre “Vender a força de trabalho é uma desgraça, mas não ter quem a compre é uma infelicidade muito maior” (SANDRONI, 2005, p. 91).

Mas como afirma Marx (1984, p. 210), “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento do trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Isso mostra como as relações de produção além de causar a dependência pura do trabalhador em relação ao capital, ainda degrada toda estrutura moral e física do proletariado, assim podendo comprometer até mesmo a própria continuidade do processo de acumulação de capital<sup>19</sup>.

Então, podemos conceber o modo de produção capitalista como um complexo mecanismo econômico que através da produção de mercadorias que adentra o espaço rural. Mas, “A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral” (MARX, 1984, p. 105). Daí surge à alienação de que Marx

---

<sup>19</sup> “O foco principal da crítica de Marx ao capitalismo é que ele viola, desfigura, subjuga, danifica e destrói a integridade do corpo que trabalha (até de maneiras que podem ser arriscadas para a continuidade da acumulação do capital)” (HARVEY, 2004, p. 149).

tanto falou; o capitalista além de obter lucros pelo tempo de trabalho não pago ao proletariado (a chamada mais-valia), ainda faz com que haja um processo alienante onde o trabalhador, criador de mercadorias, não têm os frutos de seu trabalho para si, mas os dá para aquele que é comprador de sua força de trabalho<sup>20</sup>; e o mais interessante disso tudo é que é justamente a venda dessas mercadorias que faz com que haja a perenidade desse processo exploratório.

A ação do viés econômico é facilmente percebida nas atividades inerentes ao agronegócio no âmbito do município de Araguaína, haja vista pela presença de uma configuração territorial rural amplamente dedicada à pecuária extensiva, isso sem contar o sítio urbano cuja arrumação espacial apresenta algumas formas e funções dedicadas ao livre fluxo do capital destinado a esse segmento, como por exemplo: lojas de insumos agrícolas, concessionárias de tratores, serviços de consultoria ambiental, clínicas veterinária, parque de exposições, DAIARA, etc. Toda essa gama de serviços e formas espaciais em conjunto com as suas funções são elementos direto no processo de territorialização do capital.

Araguaína é sem dúvida uma cidade de expressividade econômica no estado do Tocantins, o município possui uma balança comercial favorável, onde as exportações superam de longe as importações. A título de exemplo, no ano de 2015 foram registrados US\$ 111,046,968 em exportações, enquanto as importações chegaram apenas a US\$ 806,045 criando um superávit de US\$110,240,923, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Existe assim uma forte ligação do município com a conjuntura econômica mundial, sobretudo com relação aos produtos oriundos do agronegócio.

### 3.3 A AGROINDÚSTRIA DE ARAGUAÍNA (TO)

Diante do que já foi exposto vamos falar agora da agroindústria araguainense, esta sendo um segmento de grande notoriedade na economia local. Sua configuração se faz principalmente pelo ramo dos frigoríficos, sendo a exportação de carne a maior fonte de receita na balança comercial com o exterior, tanto de forma restrita ao agronegócio ou mesmo levando-se em conta todo resto da produção do município de um modo geral. Devemos ter em mente que a agroindústria está umbilicalmente ligada às atividades do setor primário, muito embora faça parte do setor secundário do processo produtivo, tal fato se deve à existência

---

<sup>20</sup> Em uma célebre passagem sobre a alienação do trabalhador no modo de produção capitalista, Marx fala por meio de uma comparação um tanto polêmica, porém de grande valia que: “Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão” (MARX, 1984, p. 193).

daquilo que os autores denominam complexo agroindustrial, uma espécie de casamento entre a indústria e a agropecuária.

Para Mazzali (2000, p. 26), “O termo ‘Complexo Agroindustrial’ designaria o próprio modelo através do qual processou-se a modernização da agricultura, cuja dinâmica esteve na própria integração técnica e de capitais agricultura-indústria”. Assim temos uma união de dois segmentos antes dicotômicos e que agora fazem dessa articulação uma fonte de acumulação de capital e, por conseguinte, de criação de uma elite, ou seja, uma classe social abastada que se dedica aos dois ramos que estão em polimerização, indústria e agropecuária.

Como veremos no Quadro 7, o setor de produção frigorífica de bovinos tem um grande destaque nas exportações do município. Araguaína exporta para o exterior em sua totalidade apenas carne bovina, não havendo outros produtos na balança comercial.

**Quadro 7:** Números das exportações de carne bovina congelada nos últimos anos em Araguaína (TO)

Anos	Quantidade em Toneladas	Rendimento em US\$	Participação total nas exportações
2015	24.135.465	89.075.400	80,21%
2014	23.663.672	104.026.613	81,10%
2013	22.232.180	89.997.838	76,38%

**Fonte:** MDIC – Balança Comercial dos Municípios: 2013, 2014, 2015. Organização: Delismar Costa (2016)

No Quadro 7 temos a noção de quanto a agroindústria frigorífica é significativa para a economia financeira do município; apenas as carnes congeladas já somavam em 2015 o equivalente a 80,21% das exportações total da localidade; isso porque utilizamos apenas essa linha da produção, já que as carnes frescas ou apenas refrigeradas e miudezas somam mais 14,46% neste mesmo ano, ou seja, as primeiras (carnes congeladas) juntamente com estas últimas (carnes frescas, refrigeradas e miudezas) somam quase 95% das exportações total de Araguaína para o comércio exterior. Esta produção está sempre ligada à agroindústria frigorífica, sobretudo com relação aos bovinos, com apenas uma pequena parcela pequena de suínos.

A produtividade considerável em destaque, não se deve somente àquilo que se chama área territorial do município, mas também a ação de sua região próxima, ou seja, aos municípios de seu entorno. Entretanto, ainda assim essa produtividade não seria tão hegemônica dentro do estado do Tocantins, caso Araguaína através de sua especialidade (processamento de carne bovina) não extrapolasse os limites daquilo que se chama de região. O município intercambia com outras cidades do estado do Pará, principalmente, para manter sua produção de carne bovina constantemente. Não seria isso uma ruptura com a conceituação

tradicional de região? Sim, pois na atualidade fazer parte de uma zona de influência não precisa necessariamente estar próximo, sendo as redes as grandes responsáveis por essa articulação.

Outro setor de relevo da agroindústria local diz respeito aos laticínios; no Quadro 8 teremos um pequeno panorama dos últimos anos da produção leiteira municipal, a presença dessas empresas faz com que os produtores locais tenham um destino certo para suas produções, muito embora os laticínios não sejam os melhores negociadores, algumas medidas já tentaram ser tomadas, mas nenhuma que humanize o processo de compra e venda, uma delas foi a da criação de uma cooperativa do leite em Araguaína pela FAET (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins), mas que nunca saiu do papel<sup>21</sup>.

**Quadro 8:** Número de Vacas Ordenhadas e a Produção de Leite em Araguaína (TO)

ANOS	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO DE LEITE
	Milhares de Cabeças	Milhares de Litros
2012	7.930	4.967
2013	7.974	3.995
2014	8.100	9.914

**Fonte:** IBGE – Produção da Pecuária Municipal. Organização: Delismar Costa (2016).

Assim, fica claro que o setor da agroindústria de Araguaína é o principal responsável pelo superávit da balança comercial do município em relação ao exterior, isso se deve também à estrutura demográfica extremamente favorável, que faz com que a oferta de força de trabalho seja muitas vezes superior ao número de postos de empregos a serem preenchidos. Outros aspectos já foram detectados tais como a ação estatal através de incentivos e articulações e também pela conjuntura econômica-comercial externa favorável.

Fica claro que a agroindústria de Araguaína é um braço forte da economia local, principalmente no seguimento de abate de bovinos e com uma razoável referência ao processamento e manufatura do leite. As modernas técnicas implantadas em seus frigoríficos são de grande relevo, pois a tecnologia age a favor da produtividade dos detentores de capital. Um bom exemplo é frigorífico Minerva cujas tecnologias implantadas fazem da produção um processo dinâmico e rápido, isso sem falar no seu regime de confinamento de bovinos localizado na área rural de Araguaína. Confirmamos assim aquela concepção de Marx (1983, p. 151), quando ele diz que “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”.

<sup>21</sup> Disponível em : < <http://www.lacteos.com.br/?pg=noticia&id=8794&buscador=FAET-BUSCA-EMPLACAR-COOPERATIVA-DO-LEITE-PARA-ARAGUAINA&local=1>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

Por último, afirmamos que esse novo panorama dos complexos agroindustriais fez e faz com que “No âmbito das relações frigoríficos/pecuaristas, tradicionalmente marcada pela falta de integração, as maiores exigências de sanidade do rebanho, por parte do mercado externo, pressionaram a uma maior aproximação entre indústria e produtores de bovinos” (MAZZALI, 2000, p. 152). O estado do Tocantins é um bom exemplo, pois devido sua relação com o mercado externo contribui para que o estado já esteja a 15 anos sem nenhum surto de Febre Aftosa, que durante muito tempo foi um barramento para que pudesse ser mantidas relações com o comércio exterior. Nesse sentido não comemoram apenas os produtores, mas também o governo do estado, já que esse se beneficia das contribuições fiscais oriundas desse processo<sup>22</sup>.

### 3.4 O AGRONEGÓCIO DE ARAGUAÍNA (TO) NO QUADRO NACIONAL E INTERNACIONAL

O município de Araguaína tem uma expressividade econômica relevante, que o faz promover uma forte batalha pela polarização juntamente com Marabá (PA) e Imperatriz (MA); isso se deve muito ao setor terciário cujas três facetas (comércio, serviços e construção civil) fazem do lugar um celeiro de oportunidades para aqueles que buscam vender a sua força de trabalho. Entretanto, a localidade se destaca também nas atividades do agronegócio, sobretudo em relação à agroindústria frigorífica, sendo esse segmento responsável pelas maiores articulações do município com o mercado nacional e internacional.

No que diz respeito ao mercado interno, a agroindústria frigorífica bovina de Araguaína, que é o principal expoente do agronegócio local (e que será o nosso maior foco), tem uma articulação um tanto tímida, pois seu alvo é sem dúvida o mercado externo. Entretanto, outras relações marcam essa interação com o cenário nacional tais como a importação de produtos químicos e sementes, já que no município inexistem uma indústria voltada para esses segmentos. Outro aspecto é o da dependência de importações de maquinarias advindas de diversas partes do território nacional, como por exemplo, tratores, colheitadeiras, câmaras frias, esteiras etc. Por último, mas não menos importante temos importação de matérias-primas que se faz bem evidente, o maior exemplo é o da indústria

---

<sup>22</sup> Numa reportagem atual temos o seguinte título: “Tocantins sem aftosa há 15 anos, comemora os produtores e o governo” mostrando como esse avanço na sanidade do processo produtivo beneficia tanto a estrutura estatal quanto a classe ruralista. Disponível em: <<http://cenariotocantins.com.br/principal/tocantins-sem-aftosa-ha-15-anos-comemora-os-produtores-e-o-governo/>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

frigorífica local que compra bovinos principalmente de áreas mais distantes principalmente do estado do Pará. Assim se faz a interface do agronegócio local com o cenário nacional.

Enfocando ainda a indústria frigorífica local, agora em conjunto com as demais indústrias do estado, e em relação ao comércio exterior, podemos dizer que muitas conquistas econômicas foram conseguidas ao longo do tempo, vários países se dispuseram a comprar a carne bovina produzida tanto do estado quanto do município de Araguaína. Nesse aspecto podemos citar o caso dos Estados Unidos que em 2015 passou a fazer parte dos países que se dispuseram a comprar a carne do estado do Tocantins e de outros 12 estados e o Distrito Federal. Nessa ocasião o Ministério da Agricultura firmou essa parceria cujas negociações já duravam cerca de 15 anos<sup>23</sup>.

Entretanto, alguns enclaves ainda existem frente à liberação das exportações da carne bovina, no caso do Tocantins, para alguns países, como por exemplo, a Arábia Saudita que nesse ano de 2016 habilitou apenas três frigoríficos no estado que lhe poderão exportar carne, dentre eles está o frigorífico Minerva em Araguaína<sup>24</sup>, o Quadro 9 nos dará uma dimensão dos principais parceiros comerciais de Araguaína.

**Quadro 9:** Principais países importadores da carne processada no município de Araguaína (TO) em 2015.

<b>Países Destinatários 2015</b>	<b>Total em US\$</b>	<b>Participação em porcentagem</b>
Egito	23.238.571	20,93%
Rússia	22.924.878	20,64%
China	15.695.805	14,13%
Irã	15.082.980	13,58%
Chile	9.905.599	8,92%
Argélia	5.278.505	4,75%
Vietnã	4.416.287	3,98%
Líbano	3.136.435	2,82%
Emirados Árabes Unidos	2.839.364	2,56%
Malásia	2.139.732	1,93%
Outros Países	6.388.820	5,76%
<b>Total</b>	<b>111.046.968</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** MDIC – Balança Comercial dos Municípios: 2015. Organização: Delismar Costa (2016)

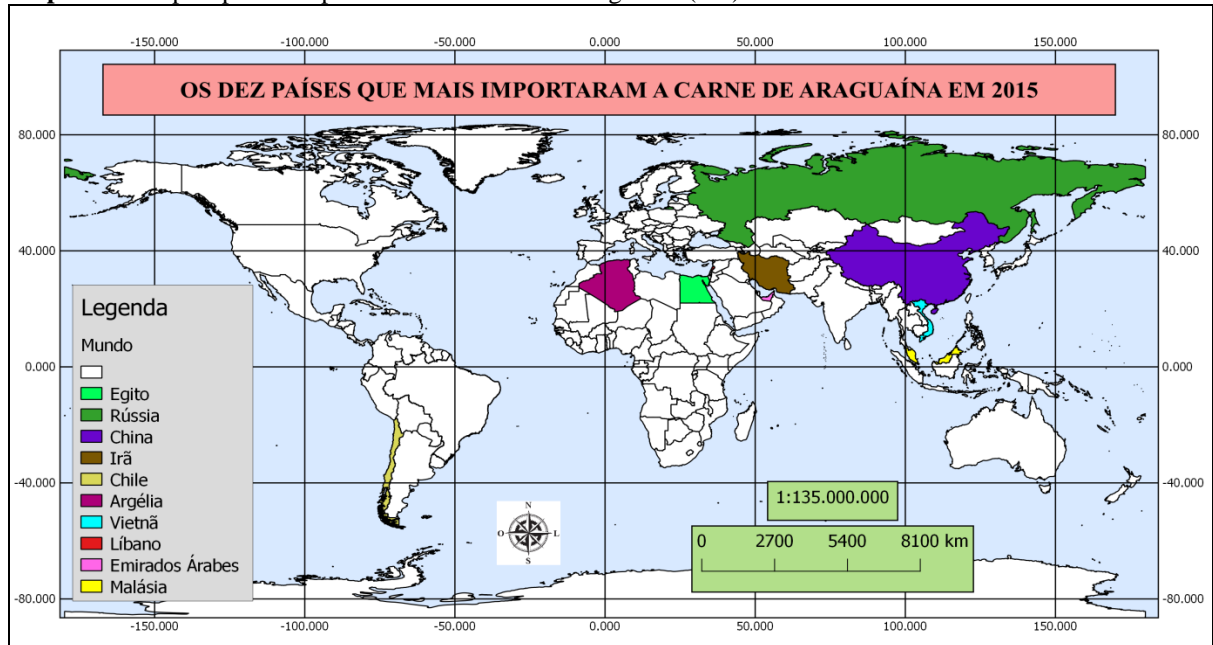
Araguaína exporta para o exterior em sua totalidade uma boa parcela da carne processada em seus frigoríficos, inexistente qualquer outro produto de exportação que não esteja

<sup>23</sup> Disponível em: < <http://www.portalnorte.com.br/estado-76818-tocantins-e-autorizado-a-exportar-carne-aos-estados-unidos.html>>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

<sup>24</sup> O fato de muitos países não aceitarem a importação de carne do Tocantins, se deve ao fato de o estado não possuir habilitação na União Europeia, que serve de base para outras nações. Disponível em: <<http://afnoticias.com.br/apenas-tres-frigorificos-do-tocantins-conseguem-se-habilitar-em-um-ano-para-exportar-carne/>>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

relacionado à agroindústria frigorífica onde maior porcentagem quase 100% da produção se resume em carne bovina, que como notamos no Quadro 9 está sendo direcionada principalmente para o exterior do Brasil.

**Mapa 2:** Principais países importadores da carne de Araguaína (TO)



**Fonte:** MDIC – Balança Comercial dos Municípios: 2015. Organização: Delismar Costa (2016)

Podemos notar no Mapa 2 que boa parte da produção de carne araguainense é exportada para países do norte da África e asiáticos, estes são em suma maioria de religião Mulçumana, ou seja, exigem que no processo produtivo algumas normas sejam cumpridas, como regras de higiene e rituais na hora do abate. No ano de 2015 foi exportado para África 27,90% da produção, principalmente para países do norte africano onde predomina o islamismo; no mesmo bojo e no mesmo ano foi exportado para o Oriente Médio 20,84% da produção; isso significa que quase a metade da produção de carne de Araguaína está destinada ao mercado de países de orientação Mulçumana.

Ficou claro que a dinâmica do agronegócio local se dá mais precisamente pelas articulações da agroindústria, principalmente pelo ramo de frigoríficos. Sua relação com o mercado interno acontece pela venda de carne, mas principalmente pela dependência de meios de produção (maquinarias e matérias-primas) vindas de outras partes do território, que viabilizam o processo produtivo que se dedica principalmente em atender as demandas do mercado externo, que é sem sombra de dúvida mais rendoso aos produtores, uma vez os preços são cotados em Dólar americano, moeda bem mais valorizada que o Real brasileiro.



### 3.5 O PROJETO MATOPIBA

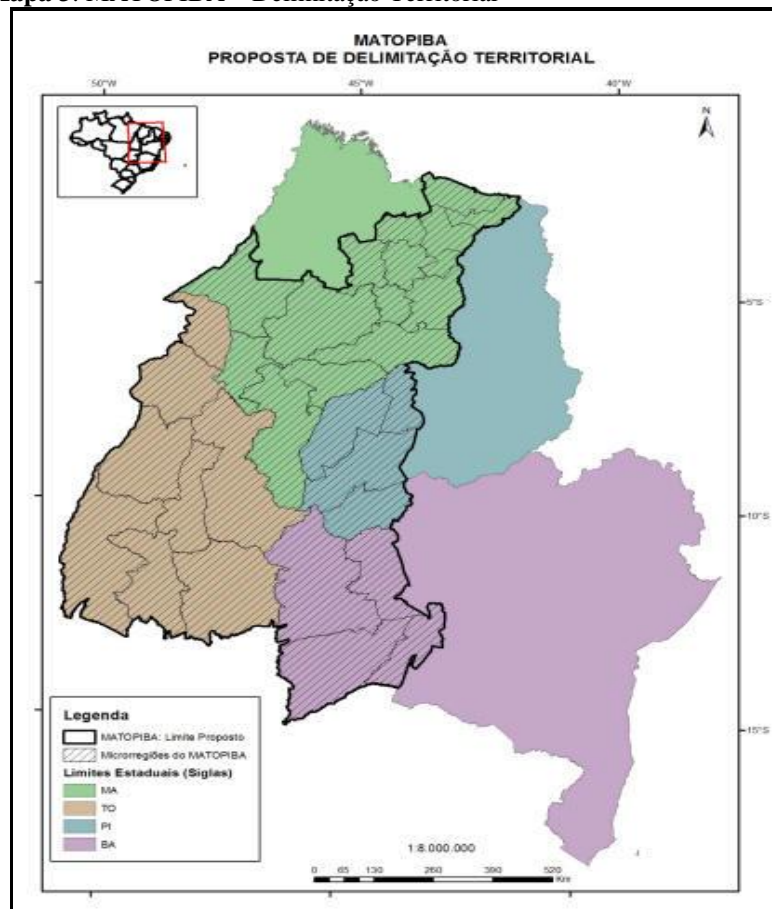
O MATOPIBA é um projeto institucional que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e tem por objetivo a criação de uma área de interesses análogos cujo foco principal está voltado para o desenvolvimento econômico pautado nas atividades da agricultura e da pecuária; segundo o decreto Nº 8.447 de criação os seus objetivos são:

Este decreto dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba - PDA-Matopiba, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população. (BRASIL, 2015).

O projeto técnico pode ter resultados diferentes na prática. Isso se deve pelas contradições existentes entre o agronegócio e desenvolvimento local. É de práxis a existência de um discurso ideológico que visa o progresso regional, no entanto, na maioria das vezes a população local tem sido prejudicada tanto socialmente como ambientalmente. Silva (2007, p. 285), afirma que “A constituição de uma fronteira capitalista forja uma identidade modernizante, civilizatória e recorre à construção simbólica de um real que se projeta sobre as coletividades discordantes”. É por meio desses artifícios ilusórios, sobretudo o de um desenvolvimento sustentável da qualidade de vida da população que estes projetos se realizam, quando na realidade estão carregados de uma ideologia econômica voltada para uma classe hegemônica, cujas intenções principais são por fim a pequena propriedade camponesa, viabilizar a instalação de monoculturas e, conseqüentemente explorar a força de trabalho dos menos favorecidos.

Esse projeto tem como sua principal articuladora senadora e ex-ministra Kátia Abreu. Esta tem sido defensora do agronegócio no Brasil atuando junto a Confederação Nacional da Agricultura voltada para os interesses das relações capitalistas hegemônicas no campo, tanto da agricultura como da pecuária e da produção de mais-valia. É desse modo que a estrutura econômica se realiza no território, elegendo a cargos políticos aqueles que podem e tem a capacidade de articular medidas que os sustente como classe dominante, em nosso caso a elite rural. No Mapa 2 há recorte definido da região da nova fronteira agrícola brasileira, o MATOPIBA.

**Mapa 3: MATOPIBA – Delimitação Territorial**



Fonte: EMBRAPA. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/> >. Acesso em: 11 de abril de 2016.

A delimitação territorial do projeto faz da fronteira agrícola do MATOPIBA uma região empírica e analisável. Essa área será alvo de uma lógica cada vez mais exógena que buscará principalmente a perene acumulação do capital. Nesse viés “A fronteira constitui recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional [...]” (SILVA, 2007, p. 282). Essa mobilidade do capital se dá justamente pela forma como está acontecendo na região do MATOPIBA, ou seja, por meio da criação de uma área dotada de políticas institucionais que viabilizarão a reprodução da classe capitalista hegemônica (fazendeiros, banqueiros, industriais etc), por meio das relações de produção baseada na dicotomia patrão-empregado, ou melhor, latifundiário-detentor de força de trabalho.

Nessa nova forma de regionalização há uma metamorfose interessante entre a estrutura econômica e as ações institucionais, pois “Na fronteira agrícola, o excedente é expropriado não só pelo capital comercial, mas também pelo capital industrial e financeiro. Para tanto, a acumulação capitalista se dá por meio de intervenções públicas e ideológicas promovidas pelo Estado capitalista” (SILVA, 2007, p. 291). Tais intervenções públicas estão relacionadas aos

incentivos fiscais, construção de infraestruturas e financiamentos. Assim, a rede bancária, a agroindústria e os fazendeiros sempre lucrarão paulatinamente com a implantação de uma mesorregião como a do MATOPIBA.

Esse quadro se apresenta como o início de uma série de conflitos, pois a fronteira não é de forma alguma projetada para os menos favorecidos, ou seja, para os camponeses, para as comunidades tradicionais indígenas e nem para os quilombolas, por exemplo. Não há solidariedade por parte do capital nesses espaços, pois

A fronteira capitalista, em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e grupos sociais diversos (índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros etc). (SILVA, 2007, p. 293).

Diante desse panorama da implantação do projeto, pode ser que desencadeie conflitos pelo acesso a terra e pelas diferenças existentes entre o capital estrangeiro e as formas de produção regional pré-existentes. Isso se dá pelo fato de que a fronteira não é apenas um recorte jurídico e nem um processo isolado de produção do espaço geográfico; a fronteira, pelo contrário, é *locus* de territorialidades advindas de tempos diferentes e colidentes, isso ocorre pelo fato de o desenvolvimento de uma fronteira nunca acontecer mediante espaços vazios, despovoado, segundo Silva (2007).

Como Araguaína vai se comportar diante desse quadro? Isto ainda é uma incógnita! É difícil fazer um prognóstico sobre o projeto, no entanto, seguindo esse diagnóstico aqui apresentado é previsível afirmar algumas hipóteses, como no caso do fortalecimento à pecuária e a agricultura. O que pode acontecer é um processo de avanço ainda maior da pecuária extensiva na zona rural do município, por meio dos incentivos políticos que a lei propõe em nome do “desenvolvimento sustentável”.

A agroindústria de Araguaína também poderá ser beneficiada com o MATOPIBA, uma vez que a produtividade local saltará a patamares mais elevados suprindo, sobretudo os frigoríficos locais e os livrando em parte dos custos com transportes de matérias-primas vindas de outras localidades de fora do estado. E o camponês? Basta associarmos: se haverá um aumento da grande propriedade logo a estrutura camponesa pode ter o seu declínio, e passar a servir de mão de obra; ou seja, é a velha recriação de mecanismo de acumulação primitiva em favor do capital mesmo na atualidade, de que nos fala Martins (2014).

O MATOPIBA é uma realidade cujo processo de desenvolvimento não se separa da racionalidade capitalista, poderemos ver muitas contradições adiante, muitas injustiças, muitos gritos e muitas falsas intenções; entretanto, a fronteira “É, também, lugar da

elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura” (MARTINS, 2014, p. 10). Assim, acreditamos que nunca há de cessar as lutas, tanto pelo interesse capitalista quanto pelos interesses daqueles menos favorecidos e que dependem da terra; o MATOPIBA será desse modo, mais uma região onde o capital, as territorialidades e a esperança dialogarão, ora harmoniosamente, ora dicotomicamente.

## 4 A CULTURA MERCATILIZADA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO AGRONEGÓCIO EM ARAGUAÍNA (TO)

O fato de haver a territorialização do capital do agronegócio no município de Araguaína, por meio da agropecuária industrial, faz com que haja, conseqüentemente, dois processos inevitáveis, o primeiro diz respeito à atuação dos atores hegemônicos ligados à essas atividades, no exercício do poder simbólico sobre as demais pessoas por meio da elitização de algumas manifestações culturais, que em nosso caso levaremos como principais exemplos a cavalgada, a EXPOARA (Exposição Agropecuária de Araguaína) e os diversos ambientes de consumo; o segundo diz respeito às desigualdades ocasionadas por esse processo produtivo capitalista, ou seja, a acumulação de riqueza nas mãos de poucos, o que acarreta na precarização da outra parte que é a grande maioria, o proletariado, afetando desde a condição moral das pessoas até mesmo a níveis sociais mais elevados como a segurança e soberania alimentar dos cidadãos.

### 4.1 AS ATIVIDADES CULTURAIS DO AGRONEGÓCIO E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA

De fato, sabemos que não é fácil discutir a cultura quando a correlacionamos com a economia, corremos o risco de sermos taxados como ortodoxos, pois se não tomarmos o devido cuidado podemos concebê-la como uma superestrutura condicionada àquilo que se denomina infraestrutura econômica, ou seja, uma mera expressão do viés econômico. Contudo, o que nos guiará sem dúvida alguma, é o conteúdo dialético existente entre essas duas estruturas, já que a metamorfose ocorrida entre elas necessita tanto de aspectos cultural-simbólicos como de aspectos econômico-materiais.

Além de analisarmos esse ponto de vista podemos também contemplar a forma elitizada de muitas dessas manifestações culturais em Araguaína. A cavalgada e a EXPOARA são bons exemplos da imposição do poder simbólico de uma classe, a elite rural e política, sobre os demais, já que de fato “A cultura é constituída de realidades e dos signos criados para descrevê-las, dominá-las e verbalizá-las. Carrega-se, assim, de uma *dimensão simbólica*” (CLAVAL, 2014, p. 22). Essa dimensão simbólica em Araguaína se dá pela figura do “Fazendeiro”, suas vestes, seus costumes, seus ambientes de convívio social são alvos de uma idolatria por parte da população.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2007, p. 10).

Essa distinção se faz na cavalgada. As pessoas mais simples (assalariadas) sempre ficam nas calçadas e de pé em meio à insolação! Os abastados desfilam em seus animais com um grande orgulho, são eles: os fazendeiros, os grandes comerciantes e os políticos. A divisão está bem clara; é aí que essa falsa consciência de que nos fala Bourdieu se materializa, pois para algumas pessoas o simples fato de está ali apenas observando já é uma vitória, não sabendo eles que o gozo e ostentação daqueles que cavalgam é em sua maioria fruto do trabalho não pago, ou seja, da produção de mais-valia.

**Imagem 1:** Cavalgada de Araguaína (TO)



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.portalgildabonfim.com.br>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

Tomando como referência para análise a Imagem 1, o que se forma é um verdadeiro teatro, cujos atores principais são em grande parte aqueles que exploram a força de trabalho das pessoas em favor de seus lucros. Assim, podemos afirmar que há de fato a existência de um processo de submissão que é aceito espontaneamente, uma vez que estas pessoas não são obrigadas a estarem ali, ou mesmo a se vestirem como os fazendeiros que desfilam, desse modo, “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 7-8).

A festa agropecuária de Araguaína é outro fato interessante, pois é ainda mais seletiva, já que as pessoas pagam para serem meros coadjuvantes do teatro capitalista agropecuário-simbólico de Araguaína, “A festa tem muros para separar as classes sociais. Para participar da festa da pecuária, é necessário desembolsar sempre o pagamento da entrada, mas a maioria da

população é pobre e vive nas periferias” (LOPES, 2009, p. 120). A EXPOARA e a cavalgada acontecem no mesmo período, sendo esta última o marco inaugural da primeira. Juntas elas aquecem o comércio. Nesse período Dias (2014, p. 68), observou que,

Milhões são gerados no comércio de vestuários e nos serviços de alimentação, hotelaria, beleza, bares, lazer, transporte, postos de gasolina, aluguel de veículos, entre outros. O comércio desenvolve promoções específicas para o período, inclusive com queima de estoque. Para corroborar com essa política elas investem em propaganda, incluindo passeatas com carro de som, comercial na internet e na TV, além das placas publicitárias. Em 2014 alguns estabelecimentos conseguiram aumentar suas vendas no entorno de 25%.

Assim, essas atividades culturais, são por assim dizer, uma verdadeira polimerização, onde a estrutura econômica aparece como seu complemento gerando uma síntese, cujo conteúdo é um poder simbólico que na prática condiciona e viabiliza ainda mais a reprodução das relações capitalista de produção, e por outro lado intensifica os traços culturais do município, haja vista a cavalgada que é taxada como a maior do mundo, e os inúmeros eventos relacionados a este segmento, tais como a EXPOARA, já citada, e os Shows sertanejos que acontecem no decorrer de todos os anos.

Os ambientes sofisticados e caracterizados nos moldes sertanejos se fazem presentes em Araguaína, além de outros estabelecimentos que estão para servir a clientela abastada em que está inserida a elite rural do município. Essas caracterizações são propositais, assim como as estampas nas lojas no período da EXPORA e da cavalgada, os bares também se enfeitam para servirem como ímã. Os símbolos entram a serviço dos comerciantes que, por conseguinte, sustentam o *status* favorável do Fazendeiro. Isso acontece por que “Essa racionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes” (SANTOS, 2014a, p. 217). Evidenciamos esse processo claramente em Araguaína, o mercantil e o cultural sendo usados em favor do egocentrismo e prosperidade daqueles que já são ricos, a elite rural.

#### 4.2 O CONSUMO DESPÓTICO E O PAPEL DA MÍDIA

O consumo em dias atuais se perfaz como o grande fundamentalismo, como nos fala Milton Santos<sup>25</sup>; é um fundamentalismo por que se tornou um dogma, cujo conteúdo se dá pela mediação do dinheiro e de todas as suas mazelas. As mercadorias circulam freneticamente pelo espaço mundial, nacional, regional e local através dos meios de transportes; a mercadoria “força de trabalho” também tem o seu movimento baseada no

<sup>25</sup> No filme “*Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*” de Sílvio Tendler.

assalariamento e no paradigma mais simples da circulação: M-D-M. As pessoas precisam se vender para terem o direito de comprar, e pelo incrível que pareça compram aquilo que as aprisionam de forma viciosa no processo de valorização do capital, a própria mercadoria. A mercadoria aprisiona, pois seja ela qual for (advinda de uma manufatura capitalista) é se não o fruto do trabalho não pago de alguns, esse processo se perpetuará à medida que as pessoas vão às compras, seja de forma modesta ou demasiada. O homem escraviza a si mesmo<sup>26</sup>.

No filme “*A Servidão Moderna*” de Jean-François Brient e Victor León Fuentes, temos a alerta de uma mudança de paradigma das antigas leis da economia política, uma vez que na atualidade não temos mais uma demanda determinando a oferta, mas sim a oferta sobrepondo-se e determinando a demanda. As pessoas não ditam mais suas próprias necessidades, o comércio o faz. A mídia assume nesse contexto um papel fundamental para os atores hegemônicos, pois atualmente as grandes empresas se empenham em produzir o consumidor antes mesmo dos produtos, segundo Santos (2005). Guattari (2001, p. 31), fala que na fase atual o capitalismo pós-moderno “[...] tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc”.

Assim, todo tipo de tecnologia que dissemine os símbolos capitalistas (informação) são de grande valia. Agora, a técnica e a informação agem dialeticamente, não como nas revoluções tecnológicas que precederam a nossa era atual que é a da informação, segundo Castells (2011). As redes sociais e a televisão estão na vanguarda da disseminação da informação em massa; no cenário local de Araguaína é possível notar o grande investimento nesses mecanismos para facilitar o processo de consumo. Lévy (1994), nos fala que o capitalismo só tem funcionalidade graças à ciência e a técnica; pois bem, acrescentaríamos também a informação, que não muito rara se torna também um símbolo, e em sua maioria alienante despertando o instinto impulsivo das pessoas na hora das compras.

Em Araguaína as pessoas deixam cada vez mais de serem idealistas, suas mentes agora são influenciadas cada vez mais pela realidade comercial imposta pela mídia, baseada, sobretudo em um ideal de igualdade entres o homens, uma vez que todos têm o direito de comprar, Lucáks (2003) em uma passagem bem interessante fala desse aspecto do capitalismo,

---

<sup>26</sup> Essa ideia fica bem clara no célebre filme “*A Servidão Moderna*” de Jean-François Brient e Victor León Fuentes.



Em seu universo de igualdade formal entre todos os homens, desaparecem cada vez mais aquelas relações econômicas que regularam as trocas materiais imediatas entre o homem e a natureza. O homem torna-se – no verdadeiro sentido da palavra – ser social. A sociedade torna-se a realidade para o homem (LUCÁKS, 2003, p. 96).

Atualmente, o consumo se faz mais pelo papel da publicidade do que pelas próprias necessidades humanas. Araguaína não foge a essa regra, muito embora seja uma cidade de médio porte possui uma população voltada para o comércio, seja para vender sua força de trabalho ou para agir como compradores de mercadorias. O processo aqui é muito mais alienante, uma vez que a mídia local atua de duas formas em uma única performance, pois ao divulgar as festas, moda, e demais tendências ela contribui para a dinâmica do capital, pela facilitação na venda de marcas, de ingressos e disseminação de promoções, ao passo que fortalece ao mesmo tempo o poder simbólico da elite rural. Essas mesmas vendas são de artigos e serviços que remetem ao Fazendeiro, desde vestimentas aos eventos de música sertaneja, bem comuns em Araguaína.

A EXPOARA deste ano contou com artistas sertanejos de renome nacional, como: Luan Santana, Lucas Lucco e outros. O que fez a diferença para que as pessoas possam estar indo a esses eventos foi novamente o papel da mídia, uma vez que a promoção destes entretenimentos lhe proporcionou lucros. Todos saem ganhando, os fazendeiros, os empresários, os promotores de eventos e os publicitários, exceto as pessoas comuns, pois estas apenas servirão de massa de manobra para o exercício do poder hegemônico, que é simbólico e econômico ao mesmo tempo. A Imagem 2 nos dá uma noção das principais atrações da festa para o ano de 2016.

**Imagem 2:** Principais atrações musicais da EXPOARA 2016



**Fonte:** Disponível em: <<http://tocantinseventos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2016.

A mídia na atualidade condiciona os pensamentos das pessoas, e faz com que uma parcela da população ache que o fato de não poder comprar está ligado ao simples fato de não querer, isso causa uma alienação, pois as pessoas pensam ser obrigadas a comprar, e acabam

entrando em um sistema de crédito que em nada facilita suas vidas, muito pelo contrário, só as aprisionam em um cárcere sem grades ou paredes, cuja única saída é a volta ao consumo novamente, logo se deparam com as dívidas da alienação<sup>27</sup>. Todos os anos em Araguaína as lojas se aquecem e renovam seus estoques. Lá estão as mesmas pessoas comprando as mesmas coisas de sempre, a mesma bota *country*, a mesma camiseta xadrez, o mesmo chapéu de couro, a mesma calça *jeans*; isso é um ciclo onde as pessoas se figuram como receptoras de um poder simbólico e disso não se apercebem. Os cidadãos comuns podem não ser o Fazendeiro, mas querem ao menos se parecer com ele.

#### 4.3 AS DESIGUALDADES CAUSADAS PELO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio de Araguaína possui duas frentes principais, uma é a agroindústria frigorífica e a outra é a pecuária extensiva. Ambas possuem um caráter disseminador das desigualdades, sobretudo pelas relações de produção que são baseadas na relação entre patrão e empregado. Esse quadro evidentemente cria um processo de riqueza em um pólo ao passo que no outro se estrutura uma decadência moral-material e uma dependência dos trabalhadores em relação ao capital.

Na égide do capitalismo notamos no município de Araguaína uma grande expansão de pastos destinados à alimentação bovina, isso contribui para a disseminação do latifúndio e monopolização da terra nas mãos de uma classe abastada. Os pequenos nada podem fazer contra isso, pois geralmente seria o Estado que lhes poderia defender, mas ele nada faz. Tudo se pode para os que têm dinheiro, e o campesinato é colocado em xeque, pois

No *Modo de produção Capitalista* o trabalhador agrícola está despojado de todos os meios de produção e recorre ao campo para vender a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. É desta forma que o capital apodera-se do campo deixando o camponês despojado de suas terras e dos outros meios de produção (FIORAVANTE, 1978, p. 148).

Na cidade propriamente dita também verificamos as mesmas desigualdades, Dias (2014, p. 64), estudou o assunto e afirma que, “Apesar do mercado de trabalho criado ou aquecido pelas espacialidades urbanas do agronegócio ser evidente, ele se caracteriza pela baixa qualificação profissional e pelas poucas perspectivas da ascensão de tais trabalhadores”. Existe uma divisão intelectual do trabalho, os patrões e funcionários de chefia com as suas formações, e o proletariado sem a menor qualificação intelectual acadêmica avançada,

---

<sup>27</sup> “O hiato entre aquilo que o trabalhador como pessoa pode desejar e aquilo que é exigido da mercadoria força de trabalho extraída de seu corpo é o nexa da alienação” (HARVEY, 2004, p. 146).

entretanto, “[...] o capital requer trabalhadores instruídos e flexíveis” para lidarem com as máquinas, “mas, por outro lado, recusa a ideia de que os trabalhadores devem pensar por si mesmos. Embora pareça importante, a educação dos trabalhadores não pode ser de um tipo que permita o pensamento livre” (HARVEY, 2004, p. 143).

Partindo destes pressupostos, podemos ascender às desigualdades do agronegócio para uma escala social mais elevada, que é a da soberania e segurança alimentar. A produção de *commodities* visando o mercado externo faz com que a população de uma cidade como Araguaína sofra bastante na hora de adquirir aquilo que é básico para alimentação, pois a área rural já não é mais um complemento da cidade, ou seja, não mais atende aos seus anseios, suas necessidades. Extingue-se o acontecer análogo, e abre-se as portas para o acontecer hierárquico, cuja base de sustentação não é mais a complementaridade tradicional da cidade e seu entorno, mas sim a dominação que é baseada na racionalidade capitalista, segundo Santos (2014a).

A favelização existente na cidade de Araguaína pode ter uma forte relação com o monopólio da terra, muitas pessoas residem em bairros sem as menores condições sanitárias para moradia. Se vivêssemos em uma sociedade, cujo bem estar social fosse o seu objetivo principal, talvez não tivéssemos tantas desigualdades. Para que essa situação possa melhorar dever-se-ia existir uma distribuição igualitária da terra, sendo a única forma possível para tal mudança o fim do monopólio da terra nas mãos de uma classe, segundo Oliveira (2007). O Estado tem o dever de ser um agente que lute pelo bem estar e pela não opressão dos menos favorecidos, a reforma agrária tiraria muitas pessoas que vivem em condições desumanas dentro desses emaranhados de prédios e asfalto que chamamos de cidade, levando-os a um pedaço de terra.

As desigualdades só se acentuam quando fazemos uma análise crítica da produção de alimentos básicos da cadeia alimentar dos araguainenses. Nos supermercados da cidade praticamente inexistente uma produção sólida realmente local, produtos como arroz, feijão, café, leite longa vida são em sua maioria exportados de outras regiões do estado e do país. Até mesmo a carne aqui produzida não se direciona a população local, assim, quando a produção inexistente a população sofre pelas altas nos preços, e quando ela existe em abundância como no caso da carne bovina o sofrimento vem pela primazia das empresas ao mercado externo, isso torna ainda mais difícil a vida das pessoas e contribui para o aumento das disparidades sociais. Muitos não comem carne por não terem as condições materiais necessárias para o consumo devido os altos preços.

#### 4.4 OS ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Apesar das inúmeras disparidades socioeconômicas causadas pela territorialização agronegócio no município de Araguaína, podemos ainda verificar aquilo que chamaremos de espaços da esperança. O consideramos um espaço, pois por mais subjetivo que seja o termo “esperança” ainda assim necessita de uma base material, espacial, para sua efetivação. No município de Araguaína verificamos que existem algumas ações que fogem a essa realidade racionalista do modo de produção capitalista, tais como o programa Compra Direta gerido pela Prefeitura Municipal, as feiras livres e os poucos supermercados que compram a produção de alguns agricultores locais.

Essa esperança se diferencia da esperança teológica, pois não se baseia apenas no fato de esperar, muito pelo contrario, se edifica no movimento, na luta, na resistência, já que “A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo” (SANTOS, 2005, p. 133). É ligado a esse paradigma que essas relações simples fogem à regra da acumulação monstruosa de capital imposta pelos grandes proprietários de terras. O ato de se reproduzir enquanto pessoas exige uma luta que muitas vezes passa pela dura realidade da concorrência capitalista industrial, cujos produtos têm uma competitividade maior em virtude dos preços mais baratos, pois são frutos do trabalho não pago.

O programa Compra Direta é baseado no PPA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) que está ligado ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e ao MDS (Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome), e está inserido no município de Araguaína com a gestão da Prefeitura Municipal. O programa tem por objetivo a aquisição de produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar de Araguaína e de outros dez municípios circunvizinhos. No ano de 2015 uma das instituições que receberam os alimentos foi a FUNAMC (Fundação de Atividade Municipal Comunitária), que neste mesmo ano tinha cadastradas cerca de duas mil famílias que recebiam diariamente uma cesta básica oriunda dos alimentos comprados no programa Compra Direta<sup>28</sup>.

Nesse programa há a compra de produtos como banana, milho, mandioca, feijão e outros que vêm da escala produtiva das famílias rurais que se enquadram como agricultores

---

<sup>28</sup> Informações disponíveis em: <http://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not&not=noticias&id=1110>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

familiares. Na Imagem 3 temos o local onde são efetivadas as compras, ele está localizado atualmente no setor Cimba em Araguaína.

**Imagem 3:** Local de compra do programa Compra Direta



**Fonte:** Delismar Costa (abril, 2016).

Outra fonte de comércio da produção familiar da agricultura do município de Araguaína são as feiras livres, estas acontecem no sítio urbano, sendo a de maior expressão “a feira do mercado municipal” que funciona nas sextas-feiras no período da tarde, e no sábado pela manhã. Embora haja atualmente uma invasão de produtos de regiões longínquas nesse tipo de relações comerciais em Araguaína, ainda podemos afirmar que a maioria dos produtos ali comercializados ou são da área rural do município ou são de outras localidades próximas.

**Imagem 4:** Feirantes e clientes na feira do Mercado Municipal



**Fonte:** Delismar Costa (abril, 2016).

Na Imagem 4 temos a representação dos feirantes e dos clientes em um dia de sábado na feira do mercado municipal, pode-se notar a simplicidade do ambiente e a forma como os produtos estão dispostos que caracteriza um sistema simples de comércio.

Além disso, alguns poucos supermercados compram parte da produção dos agricultores familiares de Araguaína. Mas as desvantagens são muito grandes, pois muitos empresários só pagam aquilo que conseguem vender, sendo isso um motivo de não atração para os pequenos camponeses. Por último, mas não menos importante, temos a chamada

agricultura urbana, que são áreas dentro da cidade que são utilizadas na produção de alimentos, haja vista a grande presença das hortas, dos milharais e dos mandiocais. Não há produção de mais-valia, o que há é uma luta pela vida, de forma honesta e sem explorar ninguém.

Portanto, falta consistência ao modelo explicativo no qual os camponeses comparecem como seres alheios, alienígenas, produzindo apenas para si e suas famílias, como se fossem refratários às influências do modo de produção do qual fazem parte. Trata-se de uma simplificação, especialmente se entendermos que as classes sociais não estão isoladas em si mesmas, hipótese essa compatível até mesmo para sociedade de castas. (PAULINO, 2006, p. 48).

Acreditamos que o camponês e aqueles que se dedicam mesmo no espaço urbano ao lavrado da terra não estão desconexos da sociedade capitalista, uma vez que a mercadoria dinheiro também lhes garante a reprodução da vida. Mas, esses atores agem de uma forma mais simples e por que não rudimentar, suas ações visam à manutenção das suas próprias existências, assim é a vida do camponês. O modo de produção capitalista avançado busca cada vez mais extinguir esse tipo racionalidade, em favor da imposição da grande produção baseada no trabalho assalariado, na exploração, na mecanização e nos altos investimentos de capital, por isso chamamos esses espaços de Esperança.

#### 4.5 O AGRONEGÓCIO NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

A educação sempre se mostrou como o fato social responsável pela transmissão de valores, costumes e conhecimento científico. Por ser esta a sua natureza ela sempre foi alvo de ações políticas e culturais que buscam influenciar a sua dinâmica nos períodos históricos e também na atualidade. Partindo desse pressuposto, vemos o quanto à educação formal se sustenta nas relações sociais de seu entorno, uma vez que não podemos conceber um fato social de forma isolada, mas como um todo que influencia e é influenciado pelos demais movimentos da própria sociedade.

A sociedade é o norte da educação, pois esta (a educação) reflete os anseios da própria sociedade, Libâneo (1991, p. 18), fala que “O processo educativo, onde quer que se dê, é sempre contextualizado social e politicamente; há uma subordinação à sociedade que lhe faz exigências, determina objetivos e lhe provê condições e meios de ação”. É nessa perspectiva que estudamos como o agronegócio pode ser trabalhado em sala de aula, haja vista o nosso contexto político e econômico influenciando cada vez mais o uso da terra no Brasil.

O ensino de geografia é um dos ramos da chamada educação formal, sua principal missão é fazer com que os educandos tenham a devida noção de como a sociedade se apropria do meio e produz o espaço geográfico. Assim, o agronegócio pode ser estudado dentro do ensino de geografia como uma atividade espacial econômica, que sempre esteve ligada à história do Brasil, uma vez que desde as grandes monoculturas de açúcar e de café do período colonial e imperial ele esteve presente.

Mas para que a geografia possa alcançar o seu grande objetivo, que é o de fazer com que os discentes tenham um discernimento crítico acerca da produção do espaço geográfico, deve-se levar em conta o lugar onde esses estudantes estão inseridos, o cotidiano deve ser uma base sólida para exemplificações e aplicações de conceitos retirados do livro didático. Assim, a natureza dos fatos não deve ser tomada isoladamente, pois como já sabemos o modo de produção capitalista difundiu-se de uma forma gigantesca atingindo quase todas as regiões do mundo. Desta forma é estudando o lugar que compreenderemos o mundo, como nos ensina Callai (2000).

Nesse sentido as atividades do agronegócio estão inseridas em quase todos os lugares; a realidade local pode ser utilizada de forma efetiva no processo ensino-aprendizagem, por isso o professor é uma peça chave nesse paradigma, pois terá a função de incitar os alunos a trazerem a suas realidades vividas para a sala de aula e fazer disso uma forma de assimilação do conhecimento. O educador deve ter em sua prática profissional o papel de incentivador em relação aos seus alunos, já que,

Não há aqui caminho a ser mostrado aos alunos: eles devem buscar os seus próprios, a partir de sua vivência e opções de vida; o professor – e o livro didático – não é um guia ou um instrumento de conscientização nos moldes leninistas, mais sim um orientador que auxilia o diálogo do aluno com a realidade e, ao mesmo tempo, com o saber corporificado em obras culturais (VESENTINI, 1995, p. 172).

Atualmente, deve-se ter uma grande preocupação com as experiências trazidas pelos próprios alunos, pois deste modo o professor pode buscar a compreensão do mundo também pela ótica daqueles que vivem nele, podendo através de mapas mentais melhorar a sua atuação e facilitar a compreensão do alunato, segundo Nogueira (2002). Desta forma o docente tem em suas mãos os mais diversos pontos de vista em relação à realidade, o que facilitará o papel do professor como mediador. No caso do agronegócio pode-se trabalhar idas a campo no espaço rural, ou mesmo trabalhar com as experiências individuais dos alunos, por meio de relatos de suas locomoções familiares. Baseado nisso deve-se trabalhar como os discentes estão concebendo a realidade, por exemplo, das grandes plantações de soja, milho, cana-de-

açúcar e dos grandes frigoríficos e a relação destes elementos com o modo de produção capitalista e com o cotidiano de suas vidas.

O papel do ensino de geografia é o de despertar o espírito crítico dos educandos, deve-se tentar quebrar aquele ideal de que agronegócio só traz benefícios, sustentado pelo Estado e pela mídia, elencando suas proezas para com o meio ambiente e com as pessoas mais pobres. Estimular os alunos a pensar diferente é o primeiro passo, fazê-los ver além do que os problemas podem nos mostrar a primeira vista, fazer uma verdadeira troca de lentes, como nos diz Carvalho (2006). Essa mudança de visão só é possível com a ajuda do professor.

Assim, a construção desse conhecimento acerca do agronegócio deve ter um caráter coletivo, havendo uma construção conjunta entre alunos e professor; o construtivismo é a grande saída para o ensino de geografia, o docente não é o detentor do saber, mas um instrumento de mediação no processo ensino-aprendizagem.

Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento (BECKER, 1994. p.88).

Essa ideia vai bem de encontro ao que fala Lévy (1994, p. 38), “Ninguém sabe tudo, toda gente sabe alguma coisa, todo o saber reside na humanidade. Não existe um reservatório de conhecimento transcendente e o saber não é senão aquilo que as pessoas sabem”. As pessoas mais velhas podem ser fonte de grande conhecimento, com relação ao agronegócio; os alunos poderiam está pesquisando e entrevistando essas pessoas para saberem como era o antes da configuração geográfica do lugar (antes das grandes monoculturas, por exemplo), e como essas pessoas percebem o quadro atual, pois sabemos que atualmente há uma tendência ao crescimento das grandes monoculturas e fim da pequena propriedade, numa cidade como Araguaína, por exemplo, muitas dessas pessoas mais velhas foram no passado antigos camponeses, e são uma fonte rica de conhecimento acerca da temática.

Partindo do princípio da interdisciplinaridade tão enfatizado atualmente, podemos ver o agronegócio como um importante ramo que dialoga diretamente com ciências como a história, economia e por que não com as ciências da terra. Desse modo a escola pode está buscando formas de promover o intercâmbio entre essas disciplinas e fazer com que os educandos não concebam o conhecimento científico como algo isolado, ou seja, desconexo de todo o contexto que o envolve, mas sim como uma construção cheia de pontos em comum nas mais diversas ciências.



Essa interdisciplinaridade é de grande valia, pois fará com que o aluno forme em sua mente um apanhado grande de conhecimento ao mesmo tempo em que estuda as diferentes áreas que forma o todo, pois “A formação da lembrança nunca é posterior à percepção, é contemporânea. À medida que a percepção se cria, sua lembrança perfila-se ao seu lado” (SARTRE, 2008, p. 46). É dessa forma que o contato imediato com as diferentes áreas que constituem o todo fará do aluno um ser capaz de ver a conexidade das coisas e conceber a sociedade como um movimento onde as partes não se encontram isoladas, pelo contrário, dialogam incessantemente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o município de Araguaína se encontra inserido no processo de reprodução do capital do agronegócio. Isso se deve ao processo de territorialização desse capital que, por seu turno, não ocorreu de forma emergencial, mas ao longo de décadas que serviu para massificar essa atividade no cotidiano econômico da localidade, e, por conseguinte, das pessoas ao passo que muitas manifestações culturais giram em torno dessa prática econômica.

Acreditamos também que esse processo de territorialização não teria tido êxito sem as devidas contribuições das estruturas estatal, econômica e política, uma vez que em Araguaína a agropecuária geralmente está associada a pessoas que são ao mesmo tempo atores políticos. Assim, afirmamos que a agroindústria é uma importante vertente dessa forma de reprodução do capital, no sítio urbano de Araguaína é notáveis os empreendimentos inerentes a esse segmento, pois abriga inúmeros frigoríficos, que são os maiores responsáveis pela manufatura da carne bovina produzida no município e de outras regiões.

É importante salientar que a crítica aqui reside principalmente nas desigualdades que essa ação de territorialização de capital acarreta, pois ela gera e acentua o processo de polarização da riqueza nas mãos de poucos, ao passo que a imensa maioria sobrevive com o mínimo possível e servindo de mão de obra para enriquecimento da elite rural. Outro aspecto se refere ao poder simbólico alienante exercido pelos detentores dos meios de produção às pessoas comuns por intermédio das atividades culturais, isso é sem dúvida um processo cuja característica principal é a de sustentação do opressor pelos que são oprimidos.

Assim, por meio dessas discussões podemos ter contribuído para futuros debates sobre a problemática em debate. Creemos que o raciocínio crítico sobre o agronegócio não só em nosso caso, mas em todo Brasil deve ser explorado ao máximo, pois o que é pregado pela mídia e pelo o Estado não condiz com a realidade devassadora causada por essa atividade à sociedade e ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudivan Santiago de. **Araguaína**: história e atualidade. Araguaína: Prefeitura Municipal de Araguaína, 2000. (Suporte Pedagógico).

A SERVIDÃO MODERNA. Direção de Jean-François Brient e Victor León Fuentes. [S.L.]: 2009. (52 min).

BECKER, Fernando. O que é construtivismo. In: **Série Ideias**. São Paulo: FDE, n.20, p.87-93, 1994. (Suporte Pedagógico).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 8.447, de 6 de maio de 2015. Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a Criação de seu Comitê Gestor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 maio. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm)>. Acesso em: 11 de abril de 2016.

BERNARDES, Júlia; FERREIRA, Francisco. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra.; GUERRA, Antonio. (Orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. ]

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Atonio. (Org). **Ensino de Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAMPOS, Christiane. A territorialização do agronegócio no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A Face Feminina da Pobreza em Meio a Riqueza do Agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011. cap. IV.

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

COTRIM, Gilberto. **História Geral: Brasil e global**. São Paulo: Saraiva, 2005. (Livro Didático).

DIAS, Reges Sodré. **As Atividades do Agronegócio em Araguaína**: entre espacialidades urbanas e novas/velhas desigualdades sociais. Araguaína: UFT, 2014. (TCC).

\_\_\_\_\_; VASCONCELOS FILHO, João Emanuel de. As atuais formas-conteúdo de apoio ao agronegócio e suas espacialidades na cidade de Araguaína-TO. **Caminhos de geografia**. Uberlândia, v. 16, n. 54, p. 176-191, Jun. 2015.

ENCONTRO COM MILTON SANTOS: o mundo global visto do lado de cá. Direção de Sílvio Tandler. [S.L.]: 2006. (89 min).

ENGELS, Friedrich, **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução: Leandro Konder, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GASPAR, Jacira. **Araguaína e sua Região**: saúde como reforço da polarização. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **O Papel do Ensino Superior em Araguaína – TO**: o que dizem os estudantes e os professores. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. (Tese de Doutorado).

GEBRAN, Philomena. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org e Trad.). **Conceito de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt, Campinas: Papyrus, 2011.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1960**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1980**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: janeiro 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal 2014**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção da Pecuária Municipal 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção da Pecuária Municipal 2013**. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção da Pecuária Municipal 2014**. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. DPE; COAGRO. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**: Primeiro Trimestre de 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. DPE; COAGRO. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**: Segundo Trimestre de 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. DPE; COAGRO. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais**: Terceiro Trimestre de 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução: C. Iperoig, São Paulo: Proposta Editorial, 1980. (Proposta Universitária).

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Colectiva**: para uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Fátima Leal Gaspar e Carlos Gaspar, Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LOPES, Aberto Pereira. **Escravidão por Dívida no Norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. São Paulo: USP, 2009. (Tese de Doutorado).

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1984.v. 1. t. 2. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1983.v. 1. t. 1. (Os Economistas).

MATOS, Patrícia Francisca de. As tramas do Agronegócio no Cerrado do Sudeste Goiano. In: CHELOTTI, Marcelo. et al. (Orgs.). **Geografia Agrária e Diversidades Territoriais do Campo Brasileiro**. Uberlândia: Assis Editora, 2012.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000. (Coleção Prismas).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Balança Comercial dos Municípios**: 2013. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 28 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Balança Comercial dos Municípios**: 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 28 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Balança Comercial dos Municípios**: 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 28 de março de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE); et al. **Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica: 2002 a 2013**. Disponível em: <[www.mte.gov.br/](http://www.mte.gov.br/)>. Acesso em: 28 de março de 2016.

MORAES, Marcos; FRANCO, Paulo. **Geopolítica**: apocalipse do século XX. Campinas: Átomo, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2008.

NOGUEIRA, Amélia. Mapa Mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia.; OLIVEIRA, Ariovaldo. (Orgs). **Geografia em Perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Livro\\_ari.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf)>. Acesso em: 04 de fevereiro, 2016.

PEREIRA, Aires José. **Leitura de Paisagens Urbanas**: Um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia: UFU, 2013. (Tese de Doutorado).

SANDRONI, Paulo. **O que é Mais-Valia**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014a. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014b. (Coleção Milton Santos; 12).

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2014c. (Coleção Milton Santos; 10).

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. (Coleção Milton Santos; 7).

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. Tradução: Antônio Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. (Coleção Milton Santos; 9).

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008c. (Coleção Milton Santos; 4).

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008d. (Coleção Milton Santos; 2).

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 5).

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à conscientização universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional, São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos; 11).

SARTRE, Jean-Paul. **A Imaginação**. Tradução: Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM, 2008.



SILVA, Carlos A. F. da. Fronteira Agrícola Capitalista e Ordenamento Territorial. In: CARLOS, Ana Fani. (Org). **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos**: obra revisitada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SOUSA, Kleber; KENY, Lorryne. Distrito Agroindustrial de Araguaína: um estudo sistêmico sobre o efetivo funcionamento do “projeto DAIARA”. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2014. p. 1-16.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia).

VESENTINI, José William. A Questão do Livro Didático no Ensino da Geografia. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Geografia e Ensino**: textos críticos. Campinas: Papirus. 1995.